

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A ÚLTIMA ONDA: A MIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA SÃO PAULO  
NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**  
**THE LAST WAVE: PORTUGUESE MIGRATION TO SÃO PAULO IN  
THE POST-WORLD WAR II ERA**

DANIEL AUGUSTO DE BRITO FRANCISCO

SÃO PAULO - SP  
2025

DANIEL AUGUSTO DE BRITO FRANCISCO

A ÚLTIMA ONDA: A MIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA SÃO PAULO NO  
PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana  
Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

SÃO PAULO - SP

2025

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação

F814? Francisco, Daniel  
A ÚLTIMA ONDA: A MIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA SÃO PAULO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL / Daniel Francisco; orientador Carlos Toledo - São Paulo, 2025.  
63 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. emigração. 2. salazarismo. 3. mobilidade do trabalho. 4. Portugal. 5. São Paulo. I. Toledo, Carlos, orient. II. Título.

Francisco, Daniel. **A última onda:** a migração portuguesa para São Paulo no pós-segunda guerra mundial. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em **Geografia**.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

"Dedico este trabalho a Maria da Luz e  
Manuel Francisco, que, como tantos outros,  
foram trazidos pelas ondas."

## **AGRADECIMENTOS**

Acredito que toda produção de conhecimento é um trabalho coletivo e, como qualquer trabalho humano, concretiza-se por meio de nossa sociabilidade. Por isso, gostaria de agradecer a todos que, de alguma forma, influenciaram e impulsionaram minha longa jornada até a conclusão deste TGI.

Gostaria de agradecer especialmente ao meu pai, Manuel, e à minha mãe, Rosângela, que sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu mesmo não acreditava.

Meus sinceros agradecimentos também ao meu orientador, o Dr. Carlos de Almeida Toledo, que aceitou orientar este trabalho e, com generosidade, acolheu este projeto, e à professora Dra. Léa Francesconi, por seus sempre valiosos conselhos.

Agradeço ainda à minha amiga e arquiteta Paula Victoria, pelo apoio técnico, intelectual e moral, e ao meu grande amigo e designer Tadeu Omae, por ouvir minhas ideias sobre esta pesquisa e por sempre me incentivar a seguir minha intuição. E a meu amigo Henrique Terra que forneceu recursos fundamentais para a feitura desse trabalho.

Por fim, e acima de tudo, gostaria de agradecer a Ana Beatriz Trevisan, minha companheira de vida, e por sua paciência infinita. Sem seu apoio incondicional, nada disso teria sido possível.

*“Ser emigrante não é deixar a terra, é levar a terra consigo.”*

José Saramago

## RESUMO

Este artigo analisa a última grande onda migratória de portugueses para São Paulo no pós-Segunda Guerra (1945-1960), entendendo-a como fenômeno estrutural ligado à crise socioeconómica em Portugal, agravada pelo regime salazarista. Por meio de análise histórica e estatística, destaca-se a convergência entre atraso agrário, políticas autárquicas e repressão, que forçaram milhares à emigração. O porto de Santos surge como principal entreposto, direcionando migrantes para São Paulo, então em industrialização acelerada. Discute-se o Tratado de Amizade Luso-Brasileiro (1953), redes de apoio transatlânticas e o papel da emigração como "válvula de escape" do Estado Novo, externalizando tensões e suprindo mão de obra brasileira. Conclui-se que, apesar do lusotropicalismo, a migração reforçou desigualdades, revelando a mobilidade do trabalho como mecanismo coercitivo do capitalismo. O estudo repensa a diáspora para além de mitos individuais, vinculando-a a estruturas políticas e econômicas transnacionais.

Palavras chave: Emigração portuguesa, Mobilidade do trabalho, Salazarismo.

## ABSTRACT

This article examines the last major wave of Portuguese migration to São Paulo (1945–1960), analyzing its structural drivers: socioeconomic crisis in Salazar's Portugal, marked by agrarian stagnation, autarkic policies, and repression. Through historical and statistical analysis, it highlights Santos Port as the primary gateway to São Paulo's industrializing metropolis. The 1953 Luso-Brazilian Treaty and transatlantic solidarity networks facilitated flows, while emigration served as a "social escape valve" for the Estado Novo, exporting tensions and supplying Brazil's labor demands. Despite lusotropicalist narratives, migration perpetuated inequalities, exposing labor mobility as a coercive capitalist mechanism. By transcending individualistic myths, the study repositions this diaspora within transnational political and economic frameworks, contributing to debates on 20th-century globalization and labor dynamics.



## Sumário

INTRODUÇÃO .....	7
Uma breve história da migração portuguesa para o Brasil.....	9
1.1 Salazarismo e atraso econômico .....	12
1.2 A armadilha rural e o impacto da crise agrícola (1951-1953) .....	16
1.3 Emigração como mecanismo de controle social .....	18
2. A emigração portuguesa para São Paulo na década de 1950: a centralidade de um fluxo histórico. ....	22
2.1 A política migratória em Portugal e no Brasil no período pós-segunda guerra .....	25
2.2 Legislações migratórias entre Brasil e Portugal no pós-segunda guerra mundial .....	29
3. O porto de Santos como entreposto a metrópole paulistana.....	34
3.1 Fontes documentais produzidas no porto de Santos .....	37
4. Fazer a América: a mobilidade do trabalho enquanto fábula. ....	42
4.1 A última onda transatlântica.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
Referências Bibliográficas .....	64

## INTRODUÇÃO

A migração portuguesa para o Brasil é um fenômeno histórico de longa duração, marcado por sucessivas ondas migratórias que acompanharam as transformações econômicas, políticas e sociais de ambos os países. No entanto, a última grande onda migratória — ocorrida entre 1945 e 1960, com forte concentração no estado de São Paulo — permanece relativamente pouco explorada sob uma perspectiva crítica e estrutural. O presente estudo propõe-se a investigar essa fase específica da diáspora lusa, compreendendo-a como um processo articulado às contradições internas do regime salazarista e à demanda por força de trabalho num Brasil em franca industrialização.

A escolha deste tema se justifica, primeiramente, por sua atualidade e relevância para os estudos históricos e geográficos sobre migrações, especialmente no contexto de debates contemporâneos sobre mobilidade, trabalho e relações pós-coloniais. Embora frequentemente romantizada por narrativas lusotropicalistas, a migração portuguesa do pós-guerra está intrinsecamente ligada a mecanismos de controle social, políticas econômicas conservadoras e processos de marginalização laboral, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Além disso, o enfoque na década de 1950 permite compreender como essa migração foi moldada por contextos geopolíticos como a Guerra Fria, o Tratado de Amizade Luso-Brasileiro (1953) e as disputas em torno da descolonização africana, aspectos que extrapolam a dimensão meramente demográfica e revelam a instrumentalização diplomática das migrações pelo Estado Novo português.

A cidade de São Paulo, então em processo de consolidação como metrópole industrial, destacou-se como principal destino dos migrantes, com o porto de Santos funcionando como entreposto estratégico e ponto de articulação logística desses fluxos.

A relevância prática do estudo está em evidenciar a contribuição portuguesa na construção urbana e econômica de São Paulo, desvelando também os mecanismos de exclusão e exploração envolvidos nesse processo.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa dialoga com autores como Fernando Rosas (1986), Armando Castro (1945), Maria Baganha (2003) e Gaudemar (1977), este último sendo aquele que propõem as leituras estruturais da migração como fenômeno vinculado à acumulação de capital, à mobilidade coercitiva do trabalho e ao processo de reprodução do capital.

A análise quantitativa dos registros de passageiros no porto de Santos, cruzada com dados do IBGE e fontes diplomáticas, oferece uma abordagem metodológica inédita que permite criar uma cartografia mapeando as origens dos migrantes, suas condições de entrada e os padrões de inserção na sociedade brasileira. Tais contribuições fortalecem o campo dos estudos migratórios, e buscam ampliar a compreensão dos efeitos espaciais e sociais das migrações no século XX.

Assim, o presente estudo pretende não apenas revisitar um capítulo crucial da história luso-brasileira, mas também contribuir para o debate crítico sobre as dinâmicas de deslocamento populacional no capitalismo moderno, revelando como, muitas vezes, a migração foi menos uma escolha e mais uma imposição estrutural disfarçada de liberdade individual.

## UMA BREVE HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

A migração portuguesa para o Brasil é um fenômeno histórico de longa marcha, que acompanhou a formação e o desenvolvimento do Brasil desde os primórdios da colonização até o início dos anos 1960. Essa movimentação populacional não foi homogênea, mas sim marcada por distintas fases, cada uma com suas particularidades socioeconômicas e políticas. Desde os primeiros colonizadores até as levas migratórias do pós-Segunda Guerra Mundial, os portugueses desempenharam um papel fundamental na construção da sociedade brasileira, influenciando sua demografia, cultura e estrutura social.

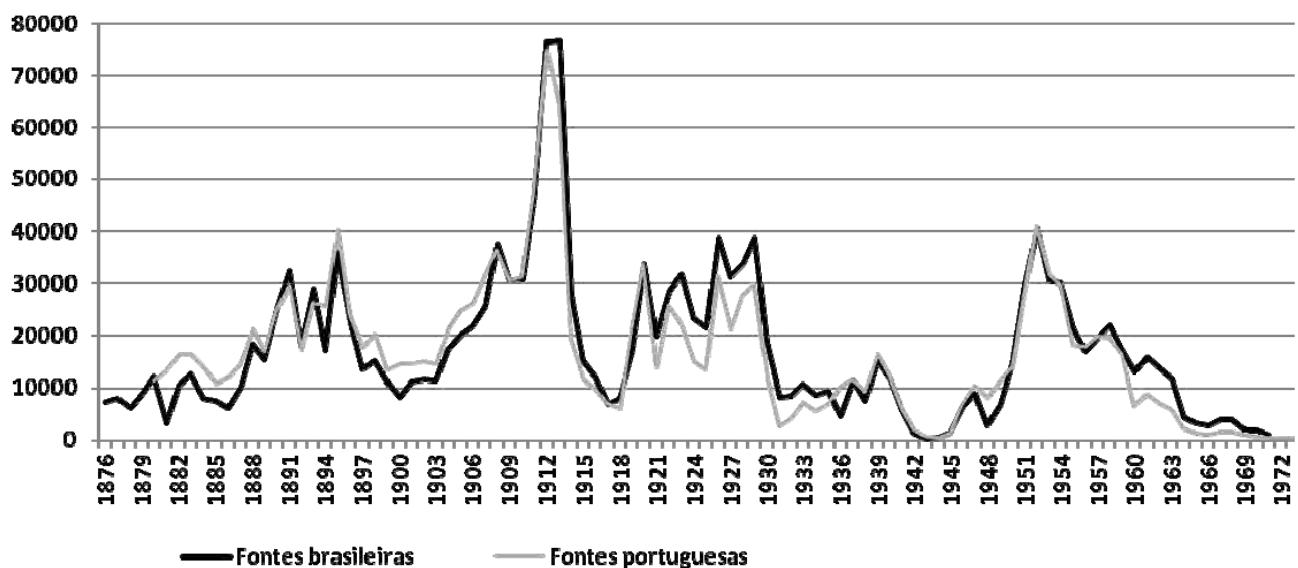
No período colonial, a emigração portuguesa esteve ligada ao projeto de expansão ultramarina da coroa portuguesa. Como destacou o historiador Charles Boxer, "a colonização do Brasil foi, inicialmente, um empreendimento marginal no império português, ganhando impulso apenas após o declínio do comércio asiático" (BOXER, 1969, p. 45). Os primeiros imigrantes eram, em sua maioria, homens solteiros, alguns deles degredados, assim como, funcionários administrativos, cujo objetivo principal era explorar recursos naturais, como o pau-brasil, e estabelecer engenhos de açúcar. A historiadora Maria Luiza Marcílio afirma que "a presença feminina portuguesa só se tornou significativa a partir do século XVII, com o incremento da imigração de famílias completas para as capitâncias açucareiras" (MARCÍLIO, 2005, p. 78). Essa fase foi marcada por uma migração espontânea, ainda que incentivada pela Coroa, e por uma forte miscigenação com indígenas e, posteriormente, africanos escravizados.

Com a chegada da família real portuguesa, que em 1808 fugia do bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte a Portugal, o Brasil experimentou um novo fluxo migratório lusitano. A coroa portuguesa sob o comando de D. João VI trouxe consigo milhares de cortesãos, militares e burocratas, muitos dos quais se estabeleceram no Rio de Janeiro. Segundo o pesquisador José Murilo de Carvalho, "a transferência da Corte acelerou a europeização das elites brasileiras e reforçou os laços políticos e culturais entre Portugal e sua colônia" (CARVALHO, 2007, p. 92). Esse período também viu o surgimento de uma

burguesia comercial lusitana, que dominava o comércio de importação e exportação nas principais cidades costeiras.

A independência do Brasil em 1822 não interrompeu a migração portuguesa. Pelo contrário, o século XIX assistiu a uma crescente chegada de imigrantes, especialmente após a abolição do tráfico negreiro em 1850. Como observa a historiadora Emilia Viotti da Costa, "os portugueses passaram a ocupar funções antes desempenhadas por escravos, trabalhando como comerciantes, artesãos e pequenos agricultores, principalmente no sudeste brasileiro" (COSTA, 1998, p. 134). Esse fluxo foi incentivado tanto pela crise econômica em Portugal quanto pela demanda por mão de obra no Brasil, que buscava substituir a força de trabalho africana escravizada.

Figura 1 - A emigração portuguesa para o Brasil segundo as fontes portuguesas e brasileiras (1876-1974).



Fonte: Sousa e Monteiro (2011)

No gráfico podemos observar que após um grande pico com auge em 1912 a migração portuguesa sofrerá uma queda abrupta durante a primeira guerra mundial 1914 a 1918. Após uma breve recuperação nos anos seguintes volta a cair com a crise econômica de 1929, queda essa que se acentuará nos anos 30 e até meados dos anos 40, período da segunda guerra mundial. O ritmo

de migração para o Brasil experimentará uma alta apenas no final dos anos 40 com seu auge em 1952 voltando a cair gradualmente até o início dos anos 60, no período de 1947 a 1960 o número de portugueses que migraram para terras brasileiras foi de 268.450 (IBGE, 1973) resultando na última grande onda migratória transatlântica de portugueses em direção ao Brasil.

No final do século XIX e início do XX, a imigração portuguesa foi influenciada pelas políticas de "embranquecimento" da República. Inspirados por teorias racistas como a eugenio e a frenologia<sup>1</sup> desenvolvidas na europa, os governos brasileiros buscavam atrair imigrantes brancos para "melhorar" a composição étnica da população. Como argumenta Lilia Schwarcz, "a ideia de branqueamento estava ligada a um projeto nacional que via os negros e mestiços como obstáculos ao progresso" (SCHWARCZ, 1993, p. 156). Nesse contexto, os portugueses eram considerados imigrantes desejáveis, por sua origem europeia e suposta facilidade de assimilação. Entre 1880 e 1930, chegaram ao Brasil cerca de 1,2 milhão de portugueses, muitos dos quais se estabeleceram em centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir dos anos 1930, o discurso do lusotropicalismo, desenvolvido pelo sociólogo Gilberto Freyre, reforçou a imagem do português como um colonizador singularmente adaptado aos trópicos. Freyre defendia que "o português possuía uma plasticidade cultural que o tornava mais propenso à miscigenação, diferenciando-o de outros colonizadores europeus" (FREYRE, 1933, p. 89). Essa visão foi apropriada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas e pelo regime salazarista em Portugal, que buscavam fortalecer os laços entre os dois países. Apesar desses esforços, o fluxo migratório português diminuiu significativamente no início dos anos 1960.

Nos anos 1950 a migração portuguesa para o Brasil teve seu último grande apogeu, retornando a patamares semelhantes aos vistos no final do século XIX e nos anos 1920, antes de uma irreversível queda que permanece

---

<sup>1</sup> A frenologia foi uma teoria desenvolvida no final do século XVIII por Franz Joseph Gall, que afirmava ser possível determinar o caráter, a inteligência e tendências comportamentais dos indivíduos por meio da análise da forma e das protuberâncias do crânio. Embora tenha sido considerada ciência em sua época, a frenologia foi posteriormente desacreditada e é hoje classificada como pseudociência, tendo servido como base para justificativas racistas e discriminatórias, especialmente no século XIX.

até os tempos atuais. No entanto, a influência desses migrantes permaneceu visível na cultura, na língua e nas estruturas sociais brasileiras.

### 1.1 SALAZARISMO E ATRASO ECONÔMICO

A ascensão de António de Oliveira Salazar ao poder em 1932 marcou o início de um projeto político conservador em Portugal, em um contexto de país agrário, subdesenvolvido e dependente das colônias ultramarinas, o regime do Estado Novo (1933-1974) priorizou a estabilidade financeira e a autarcia (autossuficiência), rejeitando transformações nas estruturas produtivas que pudessem de alguma maneira promover mobilidade social diante do avanço modo de produção capitalista no mundo. Essa postura, como argumenta Fernando Rosas (1986), estava intrinsecamente ligada ao medo de que a industrialização acelerada e a consequente urbanização gerassem uma massa de trabalhadores propensos a se organizar em sindicatos e partidos de esquerda, ameaçando a ordem institucional.

O temor de Salazar em relação ao movimento operário não era infundado, influenciado por eventos como a Revolução de Outubro (1917) na Rússia e pelas greves operárias que eclodiram na Europa no entre guerras, o regime salazarista via na concentração urbana e na consequente proletarização do campesinato português um risco ao capitalismo no país. Em Portugal, as décadas de 1910 e 1920 haviam sido marcadas por agitações socialistas em Lisboa e Porto, cenários que Salazar classificava como caóticos e desestabilizadores. Para Rosas (1986), a industrialização era percebida como uma “ameaça à ordem rural e à harmonia social”, incentivando o regime a manter a população dispersa no campo, onde o controle político e cultural era mais eficaz.

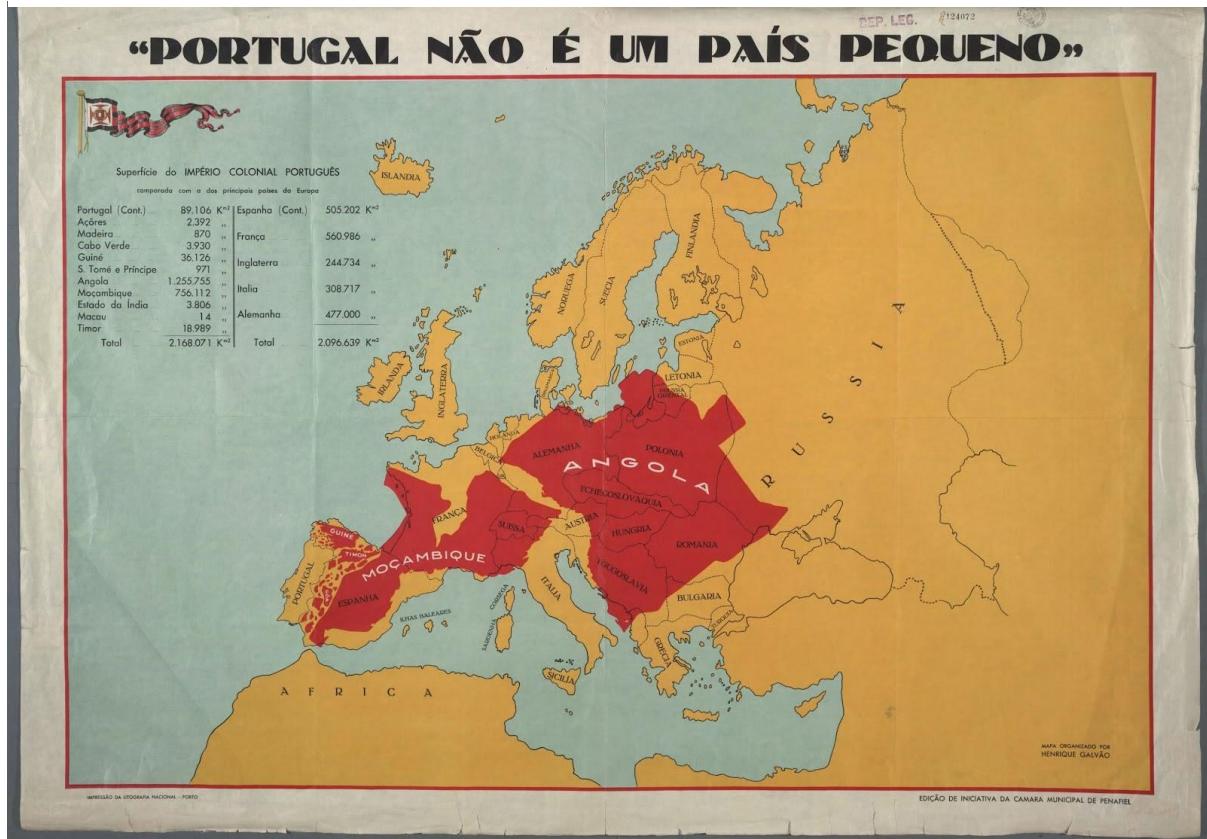
No Portugal da primeira metade do século xx, mais do que a «pobreza natural», terá vencido o conservadorismo político, económico e social, que a usava como ideologia de resistência e que fez gorar todos os momenta decisivos de alteração estrutural modernizadora em termos do próprio desenvolvimento do capitalismo. (Rosas, 1994. p.882)

Para conter a urbanização e o fortalecimento do operariado, o Estado Novo implantou mecanismos legais e ideológicos. A Lei do Condicionamento

Industrial (1931), exigia a autorização estatal para a abertura ou expansão de novas indústrias, a justificativa era evitar a concorrência descontrolada e na prática colocava uma mordaça no processo de industrialização. Como explica António Costa Pinto (1994), essa legislação servia menos para regular a economia e mais para “proteger elites econômicas aliadas ao regime”, além de impedir a formação de uma classe operária numerosa. O resultado foi uma indústria portuguesa atrofiada, focada em setores tradicionais como têxteis e produtos básicos, incapaz de competir internacionalmente (Nunes, 2010). Mesmo com os entraves aconteceram avanços no produto interno bruto nos anos 1940 e 1950, no entanto, esse aumento da riqueza não se transmutou em melhores condições de vida para sua população, sendo assim considerado esse período como de uma modernização conservadora.

Paralelamente à lei do condicionamento industrial, o governo consolidou um sistema corporativista através do Estatuto do Trabalho Nacional (1933), que criou sindicatos controlados pelo Estado, proibindo greves e manifestações por direitos sociais. Howard J. Wiarda (1977) argumenta que o corporativismo salazarista funcionava como um instrumento para “neutralizar a luta de classes”, mantendo os trabalhadores submissos por meio da repressão da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e da Legião Portuguesa.

Figura 2: “Portugal não é um país pequeno”



Fonte: Galvão (1934)

A prioridade ao ruralismo e o apelo ao colonialismo foi materializada em campanhas como “Portugal não é um país pequeno”, que reforçava a idealização do campo como espaço moralmente superior. José Miguel Sardica (2011) ressalta que o camponês era retratado como “o pilar moral da nação”, em contraste com o operário urbano, visto como “desenraizado e perigoso”. A preocupação do salazarismo com um operário “subversivo”, reflete a preocupação das elites que diante do aumento da atividade industrial temia uma classe trabalhadora mais urbanizada e engajada politicamente, Lênin na obra ‘O desenvolvimento do capitalismo na Rússia’ delineava uma relação direta entre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas com a capacidade de organização proletária e construção do socialismo.

"É a grande indústria mecanizada que, ao concentrar massas de operários nas fábricas, ao submetê-los à disciplina coletiva do trabalho, ao colocá-los em contato direto com as formas mais avançadas de produção, cria o proletariado moderno - a única classe realmente

revolucionária, capaz de organizar e levar até o fim a revolução socialista." (Lênin, 1982, p.387)

As consequências dessa política reacionária e anti-industrialização tiveram grande impacto, no início dos anos 1950 apenas 18% da população ativa trabalhava na indústria, contra mais de 30% em países como Espanha (INE português). Mesmo com um êxodo rural intenso, essa dinâmica em primeiro momento não se traduziu em urbanização produtiva: muitos camponeses migraram para cidades e acabaram se deparando com o desemprego ou o subemprego, culminando em emigração em massa para o estrangeiro. A economia permaneceu dependente das colônias para obter matérias-primas como algodão e café, sem agregar valor a esses produtos (Nunes, 2010).

Figura 3 - Taxa de crescimento anual da população urbana e rural - PU, PSU e PR.

	1911-40	40-60	60-60	40-50	50-60	70-81	1911-81
PR	0.7	0.3	-0.2				0.3
PSU	1.6	0.9	1.2				1.3
PU	1.7	1.4	1.8	0.9	1.8	2.2	1.7
PT	0.9	0.7	0.5	1.0	-0.4	1.2	0.7

Fonte: INE – Anuário estatístico (1971)

Na tabela acima podemos observar a taxa de crescimento da população urbana (PU) frente a retração da população rural (PR).

Pressões econômicas nas décadas de 1950 e 1960 levaram o regime a adotar Planos de Fomento para a indústria, que passaram a fazer investimentos em energia e infraestrutura. Projetos como a construção de hidrelétricas (e.g., Cávado) e a criação da Siderurgia Nacional representavam uma alteração na tendência industrial do país que veriam uma aceleração na população urbana e industrial nas décadas de 1950 a 1970 e um forte êxodo rural.

Com o produto interno bruto a crescer a uma taxa anual média entre 6% e 8% no período de 1950-1973, a indústria a produzir quase 50% da riqueza nacional em 1973 — 11,3% para a agricultura, contra cerca de 30% em 1950 — e a população activa agrícola passando de 44% do conjunto da população activa em 1950 para 28% em 1973, a estrutura da economia do país sofreu uma inequívoca modernização. (Amaral, 1994, p.898)

A resistência do governo salazarista à industrialização massiva não foi um mero “erro econômico”, mas uma escolha política calculada que passou a mudar sua direção nos anos 1950. Ao postergar a formação de uma classe operária urbana, o regime preservou o controle social e garantiu o apoio das oligarquias rurais e da Igreja Católica. Contudo, essa estratégia condenou Portugal a décadas de um subdesenvolvimento estrutural, aprofundando desigualdades regionais e dependências coloniais que só seriam de fato alteradas substancialmente nas décadas seguintes, com o desenrolar das guerras coloniais e a revolução dos cravos em 1974.

## 1.2 A ARMADILHA RURAL E O IMPACTO DA CRISE AGRÍCOLA (1951-1953)

A economia portuguesa da década de 1950 permanecia profundamente enraizada em um modelo agrário arcaico, reflexo de séculos de dependência estrutural do setor primário. De acordo com Nuno Valério (2001), a agricultura representava 32% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 1950, empregando mais de 45% da população ativa. Contudo, essa aparente centralidade escondia uma realidade de subdesenvolvimento perniciosa: as estruturas fundiárias eram marcadas pela dualidade entre minifúndios no Norte e latifúndios no Alentejo, ambos perpetuadores de ciclos de pobreza. No Norte, os minifúndios, fragmentados por heranças sucessórias, limitavam-se à agricultura de subsistência, incapaz de gerar volumosos excedentes. No Alentejo, os latifúndios, controlados por uma oligarquia agrária, mantinham trabalhadores rurais em regime de semi-servidão, com salários ínfimos e desemprego sazonal (Rosas, 1986). A falta de modernização tecnológica – apenas 3% das propriedades utilizavam tratores em 1950 (Cabral, 1993) – e a ausência de políticas públicas para irrigação ou crédito agrícola condenavam o campo à estagnação.

A crise agrícola de 1951-1953 expôs de forma dramática as fragilidades desse modelo. Uma sequência de secas severas, particularmente nas regiões do Alentejo e Beira Baixa, reduziu a produção de trigo em 40% e a de milho em 35%, cultivos essenciais para a alimentação básica (Cabral, 1993). O governo, comprometido com a “política de autarcia” (autossuficiência), recusou-se a importar alimentos em escala suficiente, optando pelo racionamento de produtos como pão e batata. Como destaca Miriam Halpern Pereira (1981), o racionamento, administrado por um sistema de “cartelas”, aprofundou a escassez e elevou os preços no mercado negro, onde um quilo de trigo chegava a custar o equivalente a um dia de trabalho agrícola. A fome tornou-se endêmica em áreas rurais, com relatos de surtos de desnutrição em aldeias do Nordeste Transmontano.

A resposta do Estado Novo à crise revelou sua priorização a estabilidade política sobre o bem-estar social. No lugar de investir em infraestrutura ou diversificação econômica, o governo canalizou recursos para a repressão de protestos. Em 1952, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) prendeu dezenas de líderes camponeses no Alentejo, acusados de "agitação subversiva" por reivindicarem auxílios para alimentação (Pinto, 1994). Paralelamente, a propaganda oficial atribuía a crise a "fenômenos naturais inevitáveis", evitando qualquer questionamento às políticas autárquicas.

O impacto demográfico foi catastrófico e imediato, entre 1951 e 1953, a emigração ilegal para o Brasil registrou um aumento de 72%, com milhares de partidas concentradas em portos como Lisboa, onde famílias inteiras embarcavam clandestinamente em navios de carga. Victor Pereira (2012) destaca que esse período representou o ápice da emigração irregular para o Brasil, impulsionada pela convergência entre a crise agrícola interna e a demanda por mão de obra em setores como a construção civil paulista.

A ilegalidade da emigração portuguesa se deve aos Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 37.587, de 4 de julho de 1949 e Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 40.968, de 16 de novembro de 1956 que tinham por objetivo controlar o fluxo migratório, em primeiro momento o estado estava preocupado com a perda de mão-de-obra e em evitar a circulação de ideias subversivas, principalmente relacionados àqueles que emigravam para França. O aumento da rigidez sobre o processo migratório

permitia ao estado dificultar a saída de opositores políticos do país e a fuga massiva de jovens em idade de alistamento militar.

A dimensão do êxodo é ilustrada por relatos de época: em 1952, cerca de 30 mil portugueses desembarcaram ilegalmente no Rio de Janeiro e Santos, muitos deles viajando em condições precárias, escondidos em porões de navios (Pereira, 2012). Para Maria Beatriz Rocha-Trindade (1998), a emigração transformou-se em uma estratégia de sobrevivência coletiva, especialmente em comunidades onde a fome e o desemprego sazonal tornaram insustentável a permanência no país. A ausência de políticas públicas para mitigar os efeitos da crise agrícola acelerou o abandono de aldeias, convertendo a diáspora em um fenômeno estrutural, não apenas circunstancial. No Nordeste Transmontano, vilas inteiras foram abandonadas, transformando-se em "aldeias fantasmas" ou habitadas apenas por idosos. Como descreve um relatório da época: "As casas fecham-se, os campos ficam incultos, e os jovens partem sem olhar para trás" (Sardinha, 2010, p. 143). A emigração, mais do que uma escolha, tornou-se um imperativo de sobrevivência, já que o Estado falhou em oferecer alternativas.

Essa diáspora forçada teve consequências duradouras. As remessas enviadas por emigrantes sustentaram economicamente famílias e até regiões inteiras, mas aprofundaram a dependência de um modelo extrativista que perpetuava o subdesenvolvimento. Como argumenta Filipe Ribeiro de Meneses (2009) em sua obra - Salazar: uma biografia política, "o Estado Novo não resolveu a crise rural; externalizou-a", transferindo para os ombros dos emigrantes o custo humano de políticas economicamente falidas. A crise agrícola de 1951-1953, não foi apenas um episódio pontual, mas um sintoma de uma estrutura que condenou gerações a saírem de seus locais de origem.

### 1.3 EMIGRAÇÃO COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL

A política migratória do Estado Novo era utilizada como uma "válvula de escape" para aliviar tensões sociais e demográficas, sem enfrentar as raízes estruturais da pobreza e da desigualdade. Como observa Fernando Rosas (1986), o regime via na emigração uma estratégia para "exportar problemas" em

vez de resolvê-los, garantindo a estabilidade política e a perpetuação de estruturas arcaicas de poder.

Na década de 1950, Portugal enfrentava uma pressão demográfica crítica, com uma população rural jovem e crescente, mas sem oportunidades de emprego devido à estagnação econômica. O país mantinha uma estrutura agrária dual: minifúndios no Norte e latifúndios no Alentejo, ambos incapazes de gerar renda suficiente para sustentar as famílias (Pinto, 1994). Enquanto os minifúndios perpetuavam a subsistência precária, os latifúndios, controlados por uma oligarquia rural, dependiam de trabalho sazonal mal remunerado. Salazar, em vez de promover uma reforma agrária ou industrialização, optou por “exportar” o excedente populacional, canalizando o descontentamento para a emigração.

Como destaca Victor Pereira (2012), entre 1950 e 1970, mais de 1,5 milhão de portugueses emigraram, principalmente para o Brasil, França e Alemanha. Esse êxodo não foi um fenômeno espontâneo, mas estimulado pelo Estado por meio de acordos bilaterais, como o Tratado de Amizade Brasil-Portugal (1953), que facilitava a entrada de portugueses no Brasil. A emigração funcionava como um “amortecedor social”, reduzindo a pressão por empregos e serviços públicos, enquanto transferia para os migrantes a responsabilidade de sustentar famílias através de remessas monetárias (Meneses, 2009).

A decisão de não reformar o sistema agrário revelava uma opção política clara. Como argumenta António Costa Pinto (1994), o Estado Novo dependia do apoio das elites latifundiárias e da Igreja Católica, que viam na emigração uma forma de preservar seus privilégios. A estrutura de minifúndios no Norte, por exemplo, mantinha camponeses presos a terras improdutivas, enquanto a emigração aliviava conflitos sem alterar a concentração fundiária. Para Salazar, era preferível “esvaziar o campo” a redistribuir terras, evitando confrontos com os proprietários rurais (Rosas, 1986).

Além disso, a emigração minimiza riscos de mobilização política nas cidades ao direcionar o fluxo migratório para o exterior, o regime evitava a formação de bolsões de pobreza nas cidades, onde trabalhadores desempregados poderiam se organizar em sindicatos ou movimentos de esquerda. Howard J. Wiarda (1977) ressalta que o corporativismo salazarista, ao

suprimir greves e controlar sindicatos, complementava essa estratégia, “neutralizando a luta de classes” tanto no campo quanto nas cidades.

O Estado não apenas tolerou a emigração, mas se beneficiou economicamente dela. As remessas de dinheiro enviadas por emigrantes eram tributadas e convertidas em escudos sob o pagamento de taxas, gerando divisas essenciais para um país com balança comercial deficitária. Segundo dados do Banco de Portugal, as remessas representavam 10% das reservas internacionais na década de 1950 (Valério, 2001). Esse mecanismo permitia ao regime financiar-se sem investir em desenvolvimento regional, perpetuando o ciclo de dependência.

A emigração portuguesa para o Brasil emergiu como consequência do problema da estrutura fundiária associada a excedentes demográficos, mas também ganhou força através do “mito do retornado”. Com a perda de espaços coloniais e os constantes déficits na balança comercial, as remessas dos “brasileiros” representaram importantes afluxos para as finanças do Estado. (GONÇALVES, 2025. p. 20)

Como analisa Filipe Ribeiro de Meneses (2009), Salazar via os emigrantes como “exportadores de pobreza”, cujo sacrifício sustentava economicamente o país enquanto evitava pressões por reformas. Essa lógica é exemplificada pela política de “emigração assistida”, na qual o Estado intermediava contratos de trabalho para países europeus, garantindo que os fluxos migratórios não fugissem ao controle.

A instrumentalização da emigração pelo Estado Novo não foi um fenômeno neutro, mas uma ferramenta de governança autoritária. Ao transferir para os emigrantes o ônus da pobreza e do subdesenvolvimento, o regime manteve intactas as estruturas de poder agrário e evitou a modernização econômica. Como conclui Rosas (1986), “a emigração não resolvia problemas; adiava-os”, permitindo que Salazar perpetuasse um sistema baseado na desigualdade e no controle social.

Os efeitos dessa política foram duradouros. Regiões como Trás-os-Montes e o Alentejo tornaram-se “desertos demográficos”, com populações envelhecidas e economias estagnadas. Apenas após a Revolução dos Cravos (1974) Portugal iniciou reformas estruturais, reconhecendo que a emigração,

longe de ser uma solução, havia sido um sintoma de décadas de negligência política.

## 2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1950: A CENTRALIDADE DE UM FLUXO HISTÓRICO.

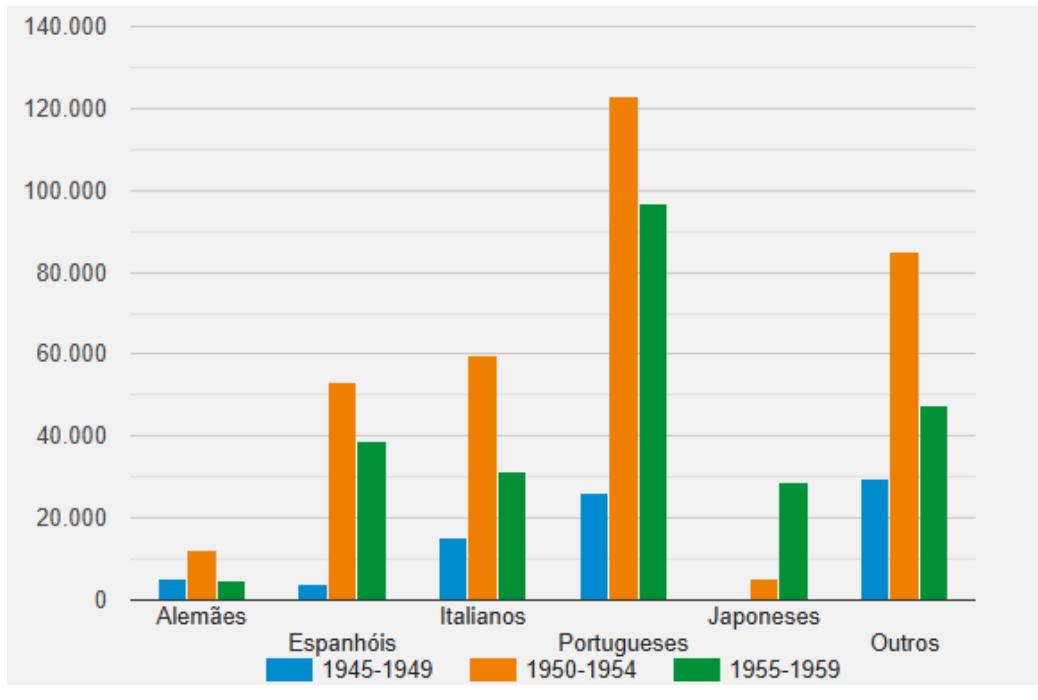
Na década de 1950, a emigração portuguesa para o Brasil consolidou-se como um fenômeno multifacetado, impulsionado por crises socioeconômicas, repressão política e redes de solidariedade transatlântica. Relatórios consulares brasileiros, disponíveis no Arquivo Histórico Diplomático de Portugal, demonstram que a emigração era a “principal atividade” das repartições consulares em Lisboa e no Porto, evidenciando a dimensão continental e insular do êxodo.

O Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro (1953)<sup>2</sup>, assinado no contexto da Guerra Fria, facilitou a entrada de portugueses no Brasil, dispensando vistos e formalizando uma relação assimétrica. Entre 1951 e 1963, o Brasil recebeu cerca de 295 mil portugueses, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) , sendo a nacionalidade mais numerosa em termos absolutos quando comparada a migração alemã, espanhola, italiana e japonesa na mesma década.

---

<sup>2</sup> O Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro, firmado em 1953 entre Brasil e Portugal, tinha como objetivo fortalecer os laços diplomáticos, econômicos e culturais entre os dois países. Entre outras disposições, o tratado previa tratamento privilegiado para cidadãos portugueses no Brasil e vice-versa, facilitando a circulação de pessoas e bens, além de prever cooperação em assuntos internacionais. Esse acordo refletia o contexto do governo de Getúlio Vargas, que buscava estreitar relações com a então ditadura salazarista de Portugal.

Figura 4 - Imigração por nacionalidade (1945-1959)



Fonte: IBGE (2000).

Desse total, mais de 134 mil dirigiram-se ao estado de São Paulo, sendo a capital o principal destino, enquanto estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais receberam fluxos menores. A metrópole paulista, em pleno processo de industrialização e urbanização, atraía sobretudo jovens de regiões rurais portuguesas, incluindo madeirenses, açorianos e continentais, muitos deles fugindo do recrutamento militar obrigatório para as guerras coloniais em África.

A migração açoriana, embora menos numerosa que a madeirense, seguiu padrões semelhantes. Ilhas como São Miguel e Terceira, afetadas por terremotos e crises agrícolas, viram milhares partir para São Paulo, onde se integraram a redes já estabelecidas por conterrâneos.

Já os continentais, especialmente do norte e nordeste do país, buscavam escapar da estagnação agrária e da repressão política, encontrando em bairros paulistanos como Mooca, Ipiranga e Santo Amaro oportunidades em setores como construção civil e indústria têxtil, sobretudo os centros comerciais das 25° de março. Ademais, a lista de bairros fundados em torno de grandes colônias portuguesas e que se expandiram rapidamente devido à grande migração na primeira metade do século XX é extensa: Vila Maria (1919), Vila Guilherme

(1915), Freguesia do Ó (1610), Vila Carrão (1912), Parque Novo Mundo (1970), Santana (1782), Canindé (1890), Pari (1870) e Santa Cecília (1890).

São Paulo passava por um surto industrial acelerado, com crescimento médio de 7% ao ano entre 1947 e 1960 (DEAN, 1971). Essa força de trabalho também se estabeleceu largamente na indústria metalúrgica e metal-mecânica, oficinas de vários tipos além de comércio em sentido amplo (mercados, padarias, açougues, secos e molhados) geralmente em pequenos e médios negócios espalhados por toda a cidade.

A indústria paulista nasceu à sombra dos cafezais, se implantou na cidade, cresceu e se diversificou. Os operários de origem estrangeira caracterizaram expressivamente a composição da mão-de-obra fabril (80,4%), que se utilizava intensivamente do trabalho de mulheres e menores. Nos inícios do século XX, os portugueses representavam 15,5% dos trabalhadores estrangeiros empregados na indústria. (MATOS e LEITÃO, 2011, p.114)

Alguns ainda permaneceram em atividades agrícolas no cinturão verde da cidade, abastecendo o mercado municipal de São Paulo graças a microrregiões produtivas nos distritos de Vila Maria e Penha, como é o caso da Chácara da Bela Vista e da Tiquatira.

Esses núcleos de concentração de migrantes, sustentados por mecanismos como a “carta de chamada”, eram fundamentais para viabilizar a migração porque facilitam a chegada de novos migrantes graças a redes de apoio já existentes em familiares e amigos já migrados em décadas anteriores.

As cartas ditas de chamada, constituídas inicialmente como cartas privadas, eram o mais eficaz instrumento de comunicação que havia entre quem partia e quem ficava. Ganhavam posteriormente o valor de documento oficial requerido para a obtenção de passaporte, particularmente de mulheres e de crianças.(Souza, 2007, p. 306)

Esse sistema, enraizado em relações de parentesco e compadrio, permitiu que comunidades inteiras se transplantassem para São Paulo, mantendo práticas culturais como festas religiosas e associações regionais.

A Casa de Portugal de São Paulo, fundada em 1954, tornou-se um símbolo dessa diáspora plural, reunindo madeirenses, açorianos e continentais. Seu acervo histórico, digitalizado e disponível ao público, registra atividades como cursos de alfabetização e apoio jurídico, essenciais para a integração. Enquanto isso, açorianos organizavam-se em grupos como o Grêmio Açoriano,

celebrando tradições como a Festa do Divino Espírito Santo, ainda hoje realizada no bairro do Brás.

A participação feminina nesse fluxo merece atenção. Dados do IBGE indicam que 35% dos portugueses que chegaram a São Paulo na década de 1950 eram mulheres, percentual superior ao das décadas anteriores, onde o homem jovem era o principal perfil migrante. Madeirenses e continentais, muitas jovens solteiras, desafiavam normas de gênero ao migrarem sozinhas, trabalhando como domésticas, costureiras ou comerciantes. Como analisa Susana Pereira em *Mulheres Migrantes Portuguesas: Entre a Tradição e a Autonomia* (2018), essas mulheres tornaram-se provedoras de famílias transnacionais, enviando remessas que sustentavam parentes em Portugal e financiavam infraestruturas locais, como a reconstrução de igrejas em vilas açorianas.

O impacto do êxodo foi profundo em Portugal. Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Portugal, entre 1950 e 1960, o país perdeu 1,2 milhão de habitantes, com regiões como os Açores registrando taxas de emigração superiores a 20%. Aldeias em Trás-os-Montes e ilhas açorianas foram abandonadas, enquanto São Paulo via surgir uma “pequena Portugal” em seus bairros. Contudo, os migrantes enfrentaram estereótipos, sendo associados a profissões “subalternas”, ainda assim, sua presença foi crucial para a expansão urbana paulistana.

## 2.1 A POLÍTICA MIGRATÓRIA EM PORTUGAL E NO BRASIL NO PERÍODO PÓS-SEGUNDA GUERRA

As relações entre Brasil e Portugal no período pós-segunda guerra mundial foram marcadas por uma intensa aproximação diplomática, cultural e política, consolidada em um contexto internacional de transformações políticas. Esse período destaca-se como um momento singular na história bilateral entre os países, em que laços históricos foram reafirmados e instrumentalizados para fins estratégicos. A convergência de interesses políticos, a influência da

migração portuguesa no Brasil e o avanço de ideias como o lusotropicalismo<sup>3</sup> de Gilberto Freyre foram elementos centrais nessa relação, que se desenrolou sob a égide de governos autoritários em Portugal e de um Brasil em processo de modernização e inserção internacional.

O pós-guerra representou um desafio para Portugal, cujo regime salazarista via-se pressionado pelo novo ordenamento internacional, que repudiava o colonialismo e que culminaram em 1955 na Conferência de Bandung<sup>4</sup>. Como observa Gonçalves, "o novo sistema internacional que se estrutura ao fim da Segunda Guerra revelava-se bastante adverso a Portugal" (p. 100), especialmente diante da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que defendiam a autodeterminação dos povos. A independência da Índia em 1947 e as reivindicações sobre Goa colocavam Portugal em uma posição delicada, levando-o a buscar aliados que pudesse legitimar sua resistência à descolonização. Nesse cenário, o Brasil emergiu como um parceiro crucial, não apenas por sua condição de ex-colônia lusitana, mas também por seu peso geopolítico na América Latina e no Atlântico Sul.

A estratégia portuguesa para assegurar o apoio brasileiro baseou-se em três eixos principais: a mobilização intelectual, a ação diplomática e o engajamento da comunidade portuguesa no Brasil. No plano intelectual,

<sup>3</sup> O lusotropicalismo é um conceito desenvolvido pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), que propõe uma singularidade na colonização portuguesa, caracterizada pela miscigenação e pela adaptação harmoniosa aos trópicos. Freyre argumentou que os portugueses, por fatores culturais e climáticos, teriam sido mais propensos à integração com povos indígenas e africanos, gerando sociedades mestiças e menos segregadas. Essa ideia foi apropriada politicamente pelo regime do *Estado Novo* português (1933-1974) para legitimar o colonialismo em África e Ásia, bem como pela ditadura militar brasileira (1964-1985) para reforçar o mito da "democracia racial". Críticos apontam que o lusotropicalismo romantiza a violência colonial, a escravidão e o racismo estrutural, obscurecendo hierarquias sociais e opressões. Atualmente, é analisado como uma narrativa ideológica, contestada por estudos pós-coloniais e decoloniais que destacam suas contradições históricas.

<sup>4</sup> Realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, na cidade de Bandung, Indonésia, a Conferência de Bandung reuniu 29 países da Ásia e da África, muitos recém-independentes do colonialismo europeu. Organizada por líderes como Sukarno (Indonésia), Jawaharlal Nehru (Índia), Gamal Abdel Nasser (Egito) e Zhou Enlai (China), a conferência marcou um marco na história do pós-colonialismo e da Guerra Fria, defendendo a descolonização, a não alinhamento a blocos capitalistas ou socialistas e a cooperação Sul-Sul. Seus princípios, consolidados no *Comunicado Final de Bandung*, incluíam respeito à soberania, igualdade entre nações, não agressão e rejeição ao racismo. A reunião é considerada precursora do Movimento dos Não Alinhados (1961) e simbolizou a emergência do "Terceiro Mundo" como força política autônoma. Críticos apontam contradições, como tensões internas entre países com visões divergentes (como aliados ocidentais e nações socialistas) e a dificuldade de consolidar uma agenda comum. Hoje, é estudada como um marco na luta contra o imperialismo e na redefinição das relações geopolíticas globais no século XX.

destacou-se a figura de Gilberto Freyre, cuja teoria lusotropicalista ofereceu uma justificativa cultural para a permanência do colonialismo português. Freyre, convidado por Salazar a percorrer as colônias ultramarinas, publicou obras como *Aventura e Rotina* (1953) e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953), nas quais defendia que a colonização portuguesa fora singularmente harmoniosa e miscigenadora. Como ressalta Gonçalves, "suas ideias constituíram um formidável arcabouço ideológico a proteger o colonialismo português, sobretudo no Brasil" (p. 107). Essa ideia foi instrumentalizada pelo Estado Novo para reforçar o dogma de que Portugal não era uma potência colonial opressora, mas sim uma nação civilizadora. Para o lusotropicalismo o critério de superioridade não é mais a pureza racial, mas a mestiçagem. Ignorando todos os processos de violência estruturais se legitimou o processo de permanência colonial.

Observamos no trecho de *Aventuras e Rotina* (1953) uma defesa do que pode ser chamado de universalismo lusófono.

"O português soube adaptar-se aos trópicos como nenhum outro europeu, não para explorar, mas para fecundar civilizatoriamente essas terras. Em Goa, como no Brasil ou em Angola, deixou sempre algo de si mesmo - da sua religião, da sua língua, dos seus costumes - que se fundiu com o que encontrou, criando novas formas de vida. Esta é a nossa vocação: não o domínio pelo domínio, mas a capacidade de gerar civilizações miscigenadas, onde o europeu se tropicaliza sem perder sua essência." (Freyre, 1953, p.211 e 212)

A equiparação entre Brasil, Goa e Angola apaga diferenças históricas, criando um "continuum imperial". Como observa Edward Said (1993), em seu ensaio seminal *Cultura e Imperialismo*, esse tipo de discurso "homogeneiza experiências coloniais distintas para servir a projetos políticos contemporâneos".

No campo diplomático, o ápice da aproximação entre Brasil e Portugal foi a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953, ratificado em 1954. O tratado, idealizado pelo embaixador brasileiro João Neves da Fontoura e impulsionado pelo chanceler Vicente Ráo, visava estreitar laços políticos e garantir reciprocidade no tratamento de imigrantes. Para Portugal, o acordo representava uma vitória estratégica, pois assegurava o apoio brasileiro na defesa de suas colônias, especialmente Goa. Já para o Brasil, sob o governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, Juscelino Kubitschek, a aliança com Portugal era vista como uma forma de reforçar sua inserção no bloco ocidental durante a

Guerra Fria. Como destaca Gonçalves, "a diplomacia portuguesa obtinha ganhos políticos valiosíssimos para sua estratégia de defesa do Império Ultramarino" (p. 111), enquanto o Brasil buscava consolidar-se como um ator relevante no sistema internacional.

A comunidade portuguesa no Brasil desempenhou um papel fundamental nesse processo, organizada em associações como a Federação das Associações Portuguesas e apoiada por veículos de imprensa como *A Voz de Portugal*, a colônia lusitana atuou como um lobby eficaz, pressionando o Congresso Nacional e a opinião pública a favor das posições portuguesas. Gonçalves ressalta que "o êxito da diplomacia portuguesa em conseguir apoio junto às autoridades governamentais brasileiras [...] deveu-se, fundamentalmente, à visão dos formuladores brasileiros segundo a qual a luta entre 'mundo livre' e comunismo constituía o aspecto principal das relações internacionais" (p. 117). A transferência da capital brasileira para Brasília em 1960, no entanto, enfraqueceu essa influência, marcando o início de uma reavaliação da política externa brasileira em relação a Portugal.

Apesar do apoio brasileiro existiram tensões, é emblemático o caso do general Humberto Delgado, que em 1959 pediu asilo na embaixada brasileira em Lisboa após denunciar fraudes eleitorais, expôs as contradições do alinhamento brasileiro ao regime salazarista. A concessão de asilo pelo embaixador brasileiro Álvaro Lins, contra a vontade do Itamaraty, revelou as fissuras na pretensa harmonia bilateral e suscitou críticas ao autoritarismo do governo português. Além disso, disputas econômicas, como a resistência de Portugal ao Acordo Internacional do Café (1958)<sup>5</sup>, evidenciaram os limites da cooperação quando interesses econômicos entravam em conflito.

É seguro dizer que os anos 1950 representaram o auge das relações luso-brasileiras no século XX, sustentadas por uma combinação de convergências

---

<sup>5</sup> O Acordo Internacional do Café de 1958 foi uma iniciativa multilateral articulada no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de regular o mercado mundial de café por meio da fixação de cotas de exportação, a fim de conter a superprodução e estabilizar os preços no comércio internacional. O Brasil, como principal exportador mundial da commodity, teve papel central na formulação do acordo. Portugal, no entanto, resistiu à adesão por considerar que a limitação das exportações prejudicaria economicamente suas colônias africanas produtoras de café, como Angola e São Tomé e Príncipe. Essa resistência refletia a política colonial portuguesa, que visava manter suas possessões ultramarinas como fontes de recursos para a metrópole, contrariando os interesses econômicos e diplomáticos brasileiros no contexto da política externa independente.

geopolíticas, pragmatismo político e construção ideológica. Como sintetiza Gonçalves, "as relações luso-brasileiras nos anos 1950 foram intensas e especiais, como nunca mais se viu" (p. 120). Essa proximidade, no entanto, estava ancorada em um contexto geopolítico específico, que se esgotaria com a descolonização africana e a redemocratização portuguesa nas décadas seguintes. O legado desse período permanece ainda hoje como um capítulo fundamental para compreender as dinâmicas de poder, identidade e formação espacial que influenciaram as trajetórias de ambos os países nas décadas seguintes.

## 2.2 LEGISLAÇÕES MIGRATÓRIAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O período posterior à Segunda Guerra Mundial representou um momento crucial na reconfiguração das políticas migratórias entre Brasil e Portugal, marcado por interesses geopolíticos contraditórios e profundas transformações sociais. Analisar a forma como cada um dos países construiu sua legislação migratória nesse período nos revela não apenas suas relações bilaterais, mas diz também sobre seus respectivos projetos nacionais no contexto da Guerra Fria e do processo de lutas anticoloniais sobretudo na África.

No caso brasileiro, a Constituição de 1946 manteve as restrições migratórias estabelecidas no período Vargas, porém com um enfoque mais pragmático. Como demonstra Seyferth (2002) em "Colonização e Imigração Alemã no Rio Grande do Sul", o governo Dutra (1946-1951) buscou atrair mão-de-obra europeia qualificada para o projeto industrializante, criando exceções para portugueses através do Decreto-Lei nº 7.967/1945 em seu artigo 50<sup>6</sup>. Esta legislação, analisada por Lesser (2001) em "Negotiating National Identity", estabelecia cotas preferenciais para imigrantes lusos, refletindo a retórica da "irmãdade luso-brasileira" que servia tanto a interesses econômicos quanto diplomáticos.

---

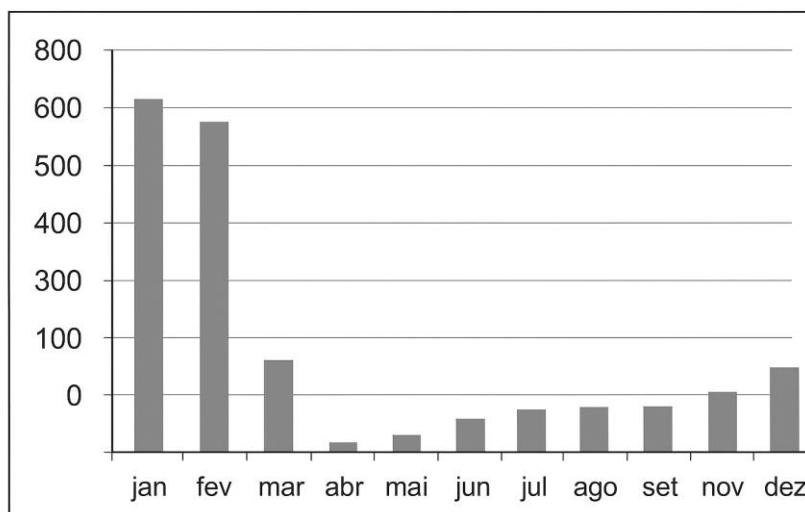
<sup>6</sup> Art. 50. Nos núcleos coloniais, 30 % dos lotes, no mínimo, deverão ser concedidos ou evadidos a calenos brasileiros; o restante será distribuído equitativamente, até ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento), a cada uma das outras nacionalidades. Parágrafo único. Na falta de colonos brasileiros, parte dos lotes a eles reservados poderá, com autorização do órgão competente, ser ocupada por estrangeiro, de preferência portugueses.

O Conselho de Imigração e Colonização (CIC)<sup>7</sup>, criado no Brasil em 1938 durante o governo Vargas para centralizar o controle migratório brasileiro deliberou em 1950 a resolução n. 1.676 que reforçava a tendência de incremento de cidadãos europeus através do fim das cotas migratórias até então vigentes.

A resolução do Conselho de Imigração e Colonização n. 1.676, de 18/10/1950, extinguiu o regime das cotas para imigrantes das nacionalidades portuguesa, italiana, espanhola e francesa. É preciso pontuar que após a Segunda Guerra Mundial ainda vigoravam as cotas de 2%, conforme definido na Constituição de 1934 para a imigração espontânea. A partir dos anos 1950, o Brasil passou a receber também imigrantes japoneses, apesar das resistências à recepção desse movimento imigratório dentro do CIC. (SANTOS, 2017, p.72)

Portugal por sua vez, sob o Estado Novo, adotou uma postura ambivalente. Inicialmente hostil à emigração - vista como fuga de braços para o esforço de desenvolvimento nacional -, o regime se viu obrigado a flexibilizar sua posição diante da pressão social e econômica, a exemplo das altas taxas de migração ilegal após o Decreto-Lei n.º 36:199, de 29 de março de 1947 que proibiu a emigração em Portugal. As taxas de emigração caem abruptamente a partir de março do referido ano devido a mudança na lei, como pode-se ver no gráfico a seguir.

Figura 5 - Emissão de passaportes no Distrito do Porto (1947)



Fonte: Santos (2007)

---

<sup>7</sup> O CIC teria suas funções absorvidas pelo INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) em 1952, com isso o segundo governo Vargas aumentaria a planificação e controle migratório.

Como detalha Baganha (1991) em "Portuguese Emigration After World War II", a criação da Junta de Emigração através do Decreto-Lei nº 36.558, de 28 de outubro de 1947 derrubou a proibição migratória e representou a institucionalização deste processo, estabelecendo canais oficiais para o fluxo migratório rumo ao Brasil. Contudo estas medidas mantinham um caráter profundamente controlador, visando tanto garantir remessas de divisas quanto manter vínculos políticos com as comunidades no exterior, sobretudo nas colônias ultramarinas. O papel da recém criada Junta de Emigração é descrito pelo próprio presidente do órgão, o Coronel António Manuel Baptista no ano de 1948.

Os princípios orientadores da política emigratória portuguesa derivariam, então, "das nossas tradições Cristãs" e dos interesses económicos, sociais e políticos de Portugal, sendo: "a) a protecção dos emigrantes e famílias, assegurando-lhes condições de vida, materiais e morais dignas; b) a necessidade de mão-de-obra e povoamento das províncias ultramarinas; c) a continuidade e valorização das colónias portuguesas no estrangeiro, que pela sua natureza e importância, o justifiquem" (Galvanese, 2014, 408)

Em 1953 o Tratado de Amizade e Consulta, marcou o ápice desta relação migratória regulada. Seu artigo 12 estabelecia reciprocidade no tratamento de nacionais, facilitando a regularização documental e o acesso a certas profissões. Fontes do Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa revelam, contudo, que estas concessões tinham viéses distintos: enquanto Portugal buscava proteger seus interesses coloniais através da diáspora, o Brasil via nos imigrantes portugueses mão-de-obra para seu projeto desenvolvimentista.

A análise de documentos do Conselho de Imigração e Colonização brasileiro, disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, demonstra como na prática as políticas eram seletivas. Relatórios de 1954-1956 mostram que, apesar da retórica da "irmadade", autoridades brasileiras expressavam preocupação com o "excesso" de imigrantes portugueses pouco qualificados, levando a medidas informais de controle. Este paradoxo é explorado por Campos (2018) em "A Construção da Lusofonia", que argumenta como as políticas migratórias serviam a um projeto de branqueamento social e modernização econômica.

O final da década de 1950 trouxe uma maior complexidade com a transferência da capital brasileira para Brasília e o início da política externa independente, as relações migratórias sofreram um esfriamento. Documentos do Itamaraty analisados por Cervo e Bueno (2002) em "História da Política Exterior do Brasil" revelam como as críticas ao colonialismo português na África começaram a tensionar a relação bilateral entre os países, afetando indiretamente as políticas migratórias. Na campanha política de Jânio Quadros já era possível identificar essa tendência de afastamento devido ao repositionamento brasileiro em relação à questão colonial posta.

"(...) Jânio deu atenção especial às relações com a África Negra. A frase "Portugal pode perder Angola; mas o Brasil não!" a ele atribuída é ilustrativa. Jânio não tardava em converter em iniciativas concretas suas promessas da campanha eleitoral, fato que levou à abertura de várias frentes ao mesmo tempo, não obstante o curto período de sua gestão. Assim, determinou que se fizesse reexame da política brasileira para a África. Na ONU, o Brasil prometia adotar linha própria de apoio ao anticolonialismo e afastamento, nesse aspecto, da delegação portuguesa, conforme afirmado. (CERVO E BUENO, 2002, p. 342)

Em perspectiva comparada, o período que precede a segunda guerra mundial até o início dos anos 60 revela como as legislações migratórias funcionaram como instrumentos de política externa e projetos nacionais. O caso luso-brasileiro exemplifica como fluxos humanos são regulados conforme interesses geopolíticos mutáveis, criando regimes migratórios que, embora baseados em retóricas de afinidade cultural, respondem fundamentalmente à lógica econômica como trataremos mais adiante.

Apesar dos freios e avanços nas políticas migratórias no caso de Portugal e Brasil é preciso salientar que a ordem internacional capitalista estrutura-se em uma multiplicidade de Estados formalmente soberanos, refletindo a contradição entre a globalização do capital e a fragmentação política. Como aponta Joachim Hirsch, essa fragmentação é constitutiva do sistema:

"O motivo para a multiplicidade de Estados representar um traço constitutivo do capitalismo [...] consiste em que as contradições e as oposições sociais [...] manifestam-se na 'separação' do Estado frente à sociedade [...] O sistema de Estados é uma expressão estrutural das relações capitalistas de classe e de concorrência" (HIRSCH, 2010, p. 70-71).

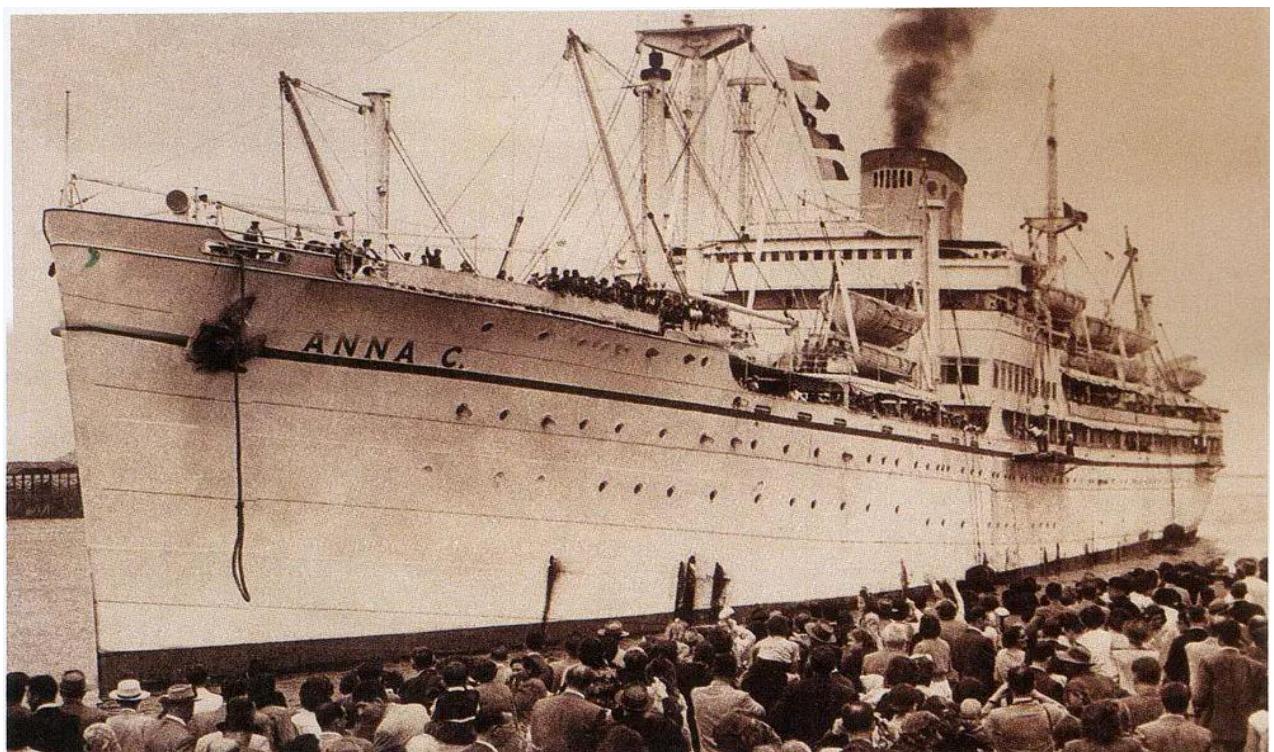
A soberania estatal, com seu controle sobre fronteiras e legislações, colide com a dinâmica expansiva do capital, que busca transcender barreiras. No entanto, essa tensão não inviabiliza o capitalismo, mas o reproduz: os Estados atuam como mediadores da concorrência global, regulando fluxos de mercadorias, capitais e trabalho.

### 3. O PORTO DE SANTOS COMO ENTREPOSTO A METRÓPOLE PAULISTANA

No pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1960), o porto de Santos destacou-se como principal ponto de entrada de imigrantes portugueses no Brasil, desempenhando um papel central no direcionamento desses fluxos para o estado de São Paulo.

O Porto de Santos foi fundado em 1892 e logo consolidou-se como o maior complexo portuário da América Latina, impulsionado pela exportação de café passou por uma grande modernização, iniciada na década de 1930 com a dragagem de canais e ampliação de cais que transformou-o em um hub estratégico para o transporte de cargas e passageiros. No pós-segunda guerra, Santos tornou-se o principal destino de navios transatlânticos que ligavam Europa ao Brasil, especialmente os provenientes de Portugal.

Figura 6 - Navio "Anna C" - 1953



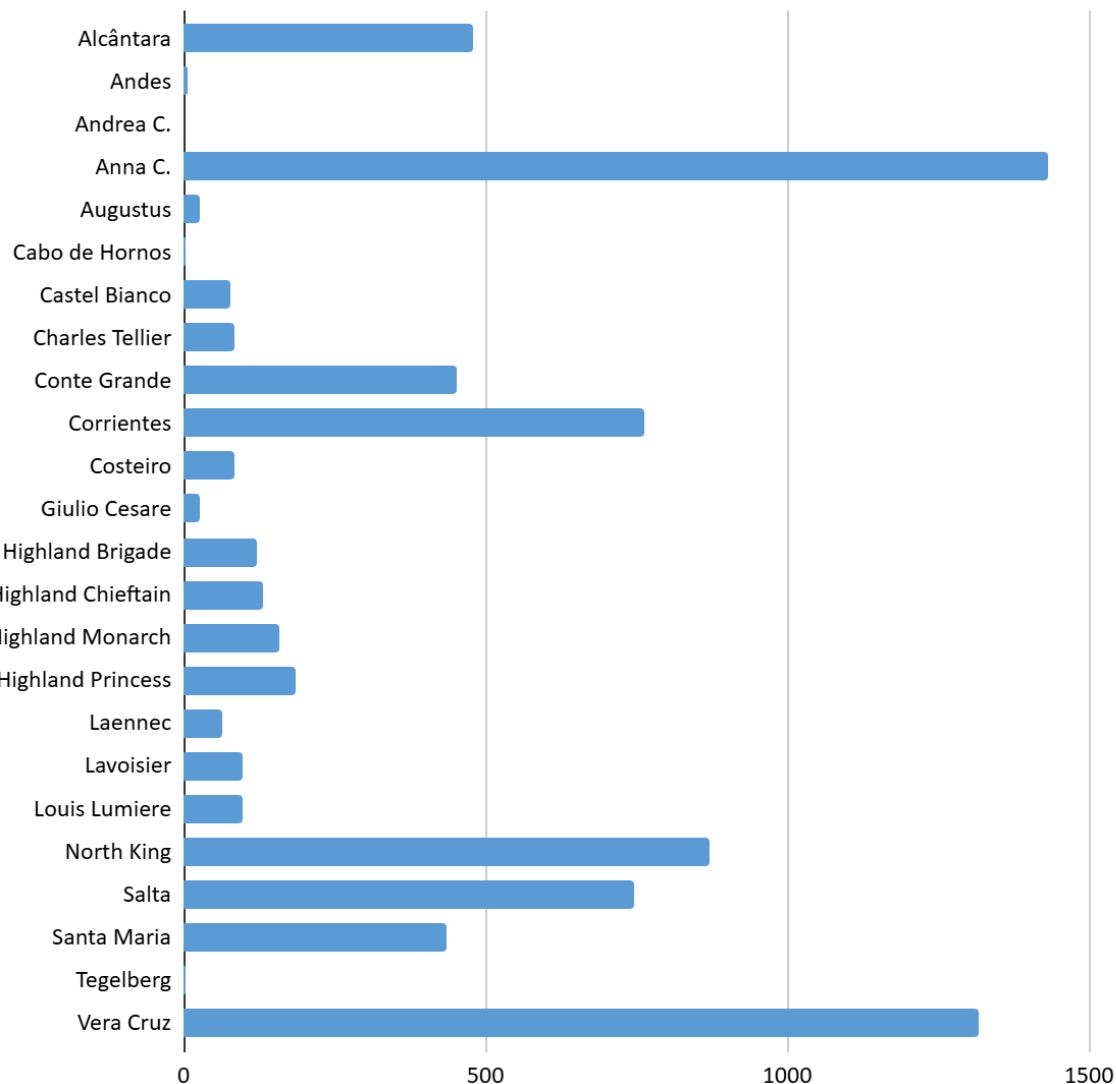
Fonte: Acervo - Herrera (1953)

Os principais navios eram o *Serpa Pinto* (com operação encerrada em 1955) e o *Santa Maria*, operados pela Companhia Colonial de Navegação, que faziam a rota Lisboa-Santos com escala no Porto (Portugal) e, eventualmente, em Casablanca (Marrocos). A viagem durava em média 14 dias, transportando entre 800 e 1.200 passageiros por viagem, em condições que variavam de conforto para as classes superiores a precariedade nos porões destinados aos migrantes de baixa renda.

Além dessas embarcações, navios como o *Vera Cruz* e o *Argentina*, da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, também realizavam rotas regulares entre Lisboa, Rio de Janeiro e Santos, reforçando a conexão marítima. Além das rotas diretas entre Portugal e Brasil, uma série de outras companhias faziam paradas em Santos, Rio de Janeiro, Porto e Lisboa desembarcando portugueses no Brasil. A italiana Navigazione Generale Italiana (NGI) e Lloyd Sabaudo, com os vapores *Conte Grande* e *Giulio Cesare* e outros, assim como, a britânica Royal Mail Lines com os vapores *Highland Monarch* e *Andes* partindo de Southampton e Liverpool.

Tomando como exemplo, como pode ser verificado no gráfico do ano de 1956, um total de 24 navios de diferentes nacionalidades desembarcaram migrantes portugueses no porto de Santos em 82 viagens no decorrer do ano. Dentre eles destaca-se o *Anna C.* da companhia italiana Costa Cruzeiros, que sozinho desembarcou 1.432 passageiros. Seguido do paquete português *Vera Cruz* com 1.318 passageiros, e do SS North King de bandeira panamenha que transportou 871 passageiros.

Figura 7 - Passageiros desembarcados em Santos por navio em 1956



Fonte: Elaboração própria

Em tempo a centralidade de Santos explica-se não apenas pela infraestrutura portuária, mas pela integração com a ferrovia Santos-Jundiaí e pela recém-inaugurada (1947) rodovia Anchieta (SP-150), que permitia o deslocamento rápido de imigrantes para o interior paulista, assim como o fácil acesso a capital do Estado que em passos largos se tornava a metrópole com o maior parque industrial do hemisfério sul.

### 3.1 FONTES DOCUMENTAIS PRODUZIDAS NO PORTO DE SANTOS

Os navios que aportavam em Santos são hoje uma fonte documental da entrada dos imigrantes nas terras paulistas, para cada viagem que chegava era confeccionada uma lista de embarque feita pelo capitão de cada navio e que pode servir de base estatística. Nas listas de bordo é possível acessar de maneira, em geral, padronizada os seguintes dados de cada passageiro: nome e sobrenome, grupo familiar (relação de todos os membros da família que vieram juntos e a relação de parentesco destes em relação ao chefe da família), país de origem, informações mais específicas como Comune ou Província de origem são mais frequentes nas listas de bordo, nome do navio ou vapor, destino do imigrante no Brasil (aparecem eventualmente). Todas as listas de passageiros digitalizadas de 1888 a 1978 são parte do acervo e podem ser acessadas pelo site do APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 8 - Lista de passageiros do vapor Vera Cruz, com chegada dia 6 de maio de 1956.

LISTA DE PASSAGEIROS TEMPORARIO N.º 10 PORTUGUES										No. 7	Companhia: COLONIAL DE NAVIGACAO								
VERA CRUZ (navio nacionalizado) de 12603 toneladas de registro																			
e 370 passageiros de tripulação procedente de LISBOA E ESCALHAS																			
Porto inicial de viagem	com	dias e	horas	de viagem sob o															
comando de	ANGELICO PEREIRA RAMALHO																		
consignado neste porto a	COMPANHIA COMERCIAL E MARITIMA																		
N.º	NOME E COGNOME	Sexo	Idade	Nacionalidade	Profissão	Parentesco com o chefe da família	Religiao	Instrucao	Última residência	Localidade	Pais	Porto de procedência	Destino ou residência	Classe	N.º da passagem	Passepote	Expedição	Data	Lugar
1	Altamiro Resende Gomes da Almeida	M	41	S Portuguese	Mer. Com.	Só	Cat. Bim	Bim	LISBOA PORTUGAL	LISBOA	P. Venosa	598	2	120/56	3.2.56	Porto			
2	Maria da Conceição Almeida do Carvalhal	F	59	V.	"	S/P	"	"	"	"	R. 20 Setembro	1270	"	25/56	9.4.56	Vila Real			
3	Patrícia Gonçalves de Carvalho	F	27	C	"	Domest.	"	"	"	"	R. Paula de Sousa	206	"	253/56	9.4.56	Lisbon			
4	Priscilla Maria Ramos da Silva	F	49	C	"	"	"	"	"	"	Avenida Rio Branco	1694	3	2587/56	13.4.56	"			
5	Jose da Mata	M	62	G	"	Trabalho	"	"	"	"	R. Brasil	953 Fernando	"	73/56	30.3.56	Santarem			
6	Dolores Montero Garcia	F	34	C	Magoula Domest.	Chárf.	"	"	VIGO ESPANHA	VIGO	R. Dr. Cândido Viegas	43	"	6639/56	26.3.56	Madrid			
7	Marcelo Cid	M	6	S	"	Homem	"	"	"	"	"	"	"	6639/56	26.3.56	"			
8	Antonio Fernandes	M	37	S	Portugues Art.7ar.	35	"	"	FUNCHAL PORTUGAL	FUNCHAL	R. da Inuria	138	"	645/54	19.2.54	Funchal			

O COMISSARIO  
Homenageado

O COMANDANTE  
Alfonso Machado

Fonte: APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

Para as análises estatísticas e confecção de mapas deste trabalho utilizaremos dados referentes às migrações que aconteceram durante o recorte histórico proposto, do pós-segunda guerra mundial até o fim da onda migratória (1946-1960). Como os dados foram computados manualmente diretamente dos

documentos originais e o volume de dados é imenso (e muitas vezes danificado e com bastante desgaste no papel) foi necessário coletar uma pequena amostra da onda migratória para analisá-la com mais cuidado, um trabalho de maior envergadura poderá no futuro revelar se essa foi a escolha mais acertada ou revelar detalhes que não apareceram nessa amostra temporal.

Devido a essas condições de pesquisa foi escolhido aleatoriamente um ano representativo para todo o período: 1956. A escolha de um apenas um ano é como uma amostragem de um universo maior não acessível ao escopo desse trabalho, mas que pode fornecer preciosas informações sobre o processo migratório em curso.

Analizando os dados de cada vapor aportado em Santos no ano de 1956 foi observado que nas listas de embarque é possível identificar dois tipos de padrão de preenchimento. Em um o capitão apenas coloca o porto de saída do passageiro sem identificar a última residência do mesmo.

Io

Figura 9 - Detalhes das seções da ficha de embarque

Nº	NOME E COGNOME	Sexo	Idade	Est Civil	Nacionalidade	Profissão	Parentesco com o chefe da família	Religião	Instrução	Última residência		Porto de procedência	Destino ou residência	Classe	N.º da passagem	Passaporte		
										Localidade	País					No.	Data	Lugar
1	Altamiro Resende Gomes de Almeida	M	41	S	Portuguesa	Mer. Com.	S5	Cat. Sim	920	LISBOA	PORTUGAL	LISBOA	R. Venâncio 598	28	120/56	3.2.56	Porto	

Fonte: APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 10 - Ficha de embarque com detalhes de localidade de origem

No.	Nome e Cognome	Sexo	Idade	Est Civil	Nacionalidade	Profissão	Parentesco com o chefe da família	Religião	Instrução	ÚLTIMA RESIDÊNCIA		Porto de Procedência	Destino ou Residência	Classe	N.º da passagem	PASSAPORTE		
										Localidade	País					No.	Data	Lugar
30.	MARIA DE JESUS MARTINS (TINHAZ)	F	49	V	Portuguesa	Doméstica	Sol	Cat. Sim	920	Aguada	Portugal	Lisboa	R. Escocia, 97, S. PAULO (SANTOS)	3	5294	1330/56	25.1.56	Lisboa
31.	JOÃO AUGUSTO PARRERA	M	26	C	"	Comercial	Ofício	"	920	Vagos	"	"	R. do S. Francisco, 427,	3	5280	2435/56	17.2.56	"

Fonte: APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

Quando não é demarcada a residência de origem do migrante no campo que se lê “localidade” ela se refere genericamente ao porto de saída, como no exemplo, “Lisboa” e “Funchal”. No entanto, existem navios que faziam suas listas de embarques com um maior detalhamento sobre a origem do migrante, vejamos o caso do vapor Alcântara que aportou em Santos dia 13 de maio de 1956.

Nesse caso, para além do país e do porto de origem é possível ver que o campo localidade está preenchido com o município/concelho de origem do passageiro. Graças a esse detalhamento maior podemos alargar nossa base de análise sobre quais regiões de Portugal estavam fornecendo maiores contingentes populacionais no período analisado.

Quando tomamos de exemplo o ano de 1956 desembarcaram no porto de Santos 8.027 portugueses com visto de permanência (residência permanente). Sendo que desse total uma parcela de 2.182 indivíduos tiveram os dados de município/concelho de origem preenchidos nas respectivas listas de passageiros. Graças a preservação desses dados é possível analisar de forma mais minuciosa a dinâmica populacional portuguesa no período.

Figura 11 - Migração total de portugueses ao Brasil

Ano	Valor
1947	10.875
1948	8.77
1949	11.974
1950	14.143
1951	28.104
1952	41.518
1953	32.159
1954	29.943
1955	18.486
1956	16.814
1957	19.931
1958	19.829
1959	16.4
1960	12.451
1961	16.073

Fonte: Valério e Nuno (2001)

Também é importante ressaltar que (como é mostrado no quadro acima) a migração total de portugueses ao Brasil em 1956 foi de 16.803. Um total de 47,75% da migração teve o porto de Santos como seu destino final, invertendo uma tendência histórica onde predominava o fluxo para o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, como pode se verificar no quadro abaixo.

Figura 12 - Distribuição dos titulares de passaportes por destino no Brasil 1918/1931

Destino no Brasil (Estados)	Registros	%
Rio de Janeiro	40.532	72,7
São Paulo	9.129	16,4
Pará	1.737	3,1
Pernambuco	1.293	2,3
Rio Grande do Sul	1.177	2,1
Amazonas	1.097	2,0
Baía	405	0,7
Outros	224	0,4
Maranhão	127	0,2
Paraná	31	0,1
Espírito Santo	18	<0,1
Alagoas	10	<0,1
Minas Gerais	8	<0,1
Santa Catarina	5	<0,1
Paraíba	3	<0,1
Ceará	2	<0,1
Total	55.798	100,0

Fonte: Arquivo distrital do Porto

Durante o período do entre guerras (1918-1931) 72,7% das entradas de migrantes portugueses no Brasil se deram com destino ao Rio de Janeiro enquanto apenas 16,4% com destino a São Paulo, no entanto, é possível aventar que a política de substituição de importações durante a segunda guerra mundial e a consequente aceleração do dinamismo da economia paulista irá alterar esse padrão histórico.

Para compreendermos mais profundamente a natureza dos fluxos de pessoas das diferentes regiões de Portugal para São Paulo foi realizada a elaboração de uma cartografia baseada nos dados de desembarque das listas de passageiros mencionadas anteriormente. Portanto, para a cartografia que utilizaremos nas análises espaciais deste trabalho foram tabulados os dados das listas de passageiros portugueses com destino ao porto de Santos no ano de 1956, levando em consideração qual o concelho de origem. Através do software

Qgis, extraiu-se o centróide, ou seja, ponto que representa o centro geométrico de cada polígono, contendo a latitude e longitude, de cada um dos concelhos de portugueses também em formato de tabela, que por sua vez foi combinado com a informação de quantos passageiros emigraram de cada um dos conselhos. Ainda no Qgis, a tabela combinada de pontos georreferenciados e emigrantes foi agregada pela função denominada “texto delimitado” permitindo assim a associação do número de emigrantes com o perímetro dos conselhos. Para a representação cartográfica a projeção geográfica utilizada foi a EPSG 4326 - WGS 84, apropriada para a representação de Portugal. Ao todo foram produzidos 19 mapas, o compilado total dessa produção encontra-se no final desse estudo no anexo denominado: Atlas da emigração Portuguesa para o porto de Santos no ano de 1956.

#### **4. FAZER A AMÉRICA: A MOBILIDADE DO TRABALHO ENQUANTO FÁBULA.**

O ideal de "fazer a América" esteve profundamente enraizado no imaginário coletivo dos emigrantes portugueses durante os séculos XIX e XX, funcionando como símbolo de esperança e ascensão social. Para muitos camponeses e trabalhadores assalariados pobres, especialmente das regiões Norte e insulares, emigrar para o Brasil ou Estados Unidos era visto como uma forma de escapar da pobreza e "vencer na vida", esse ideal era muito atrelado à figura do brasileiro de "torna viagem". O brasileiro de torna viagem é um português, geralmente homem, jovem e solteiro que migrava para o Brasil para fazer fortuna (esse termo ganhou força durante a "febre do ouro" mineira no século XVIII) e que anos depois voltava a sua terra de origem ostentando riqueza e status. Na sociedade portuguesa essas figuras eram vistas como indivíduos gananciosos e usurários mas ao mesmo tempo eram sinônimo de ascensão social. Na obra "O "brasileiro de torna-viagem" e o lugar do Brasil em Portugal" de Renó de Machado o autor discute a imagem desse indivíduo egresso do Brasil.

A imagem do torna-viagens bruto, selvagem e rico está ligada a uma concepção do Brasil como a "árvore das patacas", lugar de infinita riqueza e potencialidades alvorocantes. Imagem de um país selvagem, tão bruto quanto os torna-viagens, mas, de certa forma, o paraíso da ascensão social. (Machado, 2005, p. 48)

Essa ideia frequentemente se baseava mais na expectativa do que na realidade, pois as condições enfrentadas pelos emigrantes eram muitas vezes de extrema precariedade, com trabalho pesado, baixos salários e discriminação. Como analisa Maria Ioannis Baganha, "a emigração funcionava como válvula de escape para as tensões sociais internas e como estratégia individual de sobrevivência, mas raramente levava à mobilidade social significativa que os mitos migratórios anunciavam" (BAGANHA, 2003, p. 9). Ainda assim, o termo "fazer a América" persistiu como uma expressão popular de sucesso migratório, fortalecendo a noção liberal de que a migração seria um ato de liberdade individual, expressão do "espírito aventureiro" do povo. Contudo, as explicações que individualizam e "atomizam" as migrações têm pouca capacidade explicativa

para compreendermos as razões que levaram milhões de pessoas a se deslocarem pelo globo de regiões específicas a outras durante longas durações históricas.

Portanto se torna fundamental problematizar a questão migratória para além de uma mera decisão de liberdade individual, mas como produto de um processo histórico com múltiplas determinações, entre elas as características da estrutura fundiária portuguesa que passava por profundas alterações graças ao avanço do capitalismo no campo, assim como a crise do colonialismo em África que afetava o processo de acumulação primitiva do capital. As emigrações em Portugal podem ser entendidas em um contexto mais amplo, em que a mobilidade do trabalho se torna uma exigência do capitalismo que se desenvolvia aceleradamente no período do pós-segunda guerra.

Gaudemar em sua obra seminal “mobilidade do trabalho e acumulação do capital”, publicada em português em 1977 pela editora Estampa, propõe que essa tal liberdade do trabalhador se mobilizar em sentido ao mercado de trabalho, é na verdade coercitiva, ao fim é a liberdade de se sujeitar ao capital.

A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício da sua «liberdade» de se deixar sujeitar ao capital, de se tomar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital. (Gaudemar, 1977.)

A migração da classe trabalhadora dentro do modo capitalista está, portanto, sujeita aos desígnios do capital. A força de trabalho é uma “mercadoria particular” que pode se oferecer ao mercado por si mesma através do deslocamento em direção aos locais que os indivíduos acreditam haver oferta de trabalho assalariado, assim como, também é a única capaz de produzir valor.

Essa mobilidade da força de trabalho é especialmente dinamizada com o fim das relações feudais de produção que imobilizaram o camponês na terra por séculos. Em Portugal, após as reformas liberais, impulsionadas com as Guerras Liberais (1828–1834)<sup>8</sup>, houve uma modernização do campo que permitiu uma

---

<sup>8</sup> Guerras Liberais (1828–1834) foi um conflito civil português entre liberais constitucionalistas (defensores de um regime monárquico constitucional) e absolutistas (partidários do poder absoluto do monarca). A guerra surgiu após a crise sucessória pós-morte de D. João VI (1826), quando seu filho D. Pedro IV, imperador do Brasil e defensor do liberalismo, outorgou a *Carta Constitucional* (1826) e abdicou do trono português em favor de sua filha, D. Maria II. O irmão de D. Pedro, D. Miguel, apoiado por setores conservadores, aristocracia rural e o clero, assumiu a regência em 1828, dissolveu a Constituição e restaurou o absolutismo, proclamando-se rei. O

reconcentração fundiária. A extinção do morgadio (1863)<sup>9</sup>, que impedia a fragmentação e venda de terras e garantia a perpetuação da aristocracia rural, permitiu a mercantilização das terras portuguesas e a compra e venda passou a ocorrer por meio de leilões públicos que favoreciam quem possuía capital líquido (burguesia urbana, comerciantes e antigos nobres com recursos).

“(...)as leis são a garantia da obtenção da liberdade individual do cidadão, mas também o trabalho seria o produtor da riqueza individual e coletiva. Nesta conceção teórica, a propriedade privada seria uma forma de a assegurar. Desta forma, a libertação da terra e o fim do regime feudal seria fundamental para conseguir a livre circulação de mercadorias, sendo para isso igualmente importante a extinção de alguns direitos sobre a propriedade rústica. (Pires, 2021. p.407)

Com a vitória dos liberais sobre os absolutistas a pauta das reformas liberais abre caminho para que o arcabouço jurídico do estado garanta que a terra seja convertida em propriedade privada, os defensores das reformas alegavam que graças a isso se atingiria níveis mais elevados de produtividade.

As transformações no modo de acesso à terra operadas no decorrer do século XIX aceleraram o desenvolvimento de relações capitalistas de produção no campo que irão estabelecer a divisão territorial características dos anos 40 e 50 do século XX. Na região do Alentejo os latifúndios dominam a paisagem das charnecas onde o trabalho assalariado é predominante na monocultura do trigo e do centeio, além disso, concomitante ao trabalho assalariado também é bem conhecida a figura do *seareiro*, que arrendava terras de latifundiários para médias e pequenas produções. Enquanto isso, as regiões ao norte do país são caracterizadas pela agricultura familiar e o minifúndio, a exemplo dos distritos de Braga, Guarda e Viseu. Como ressalta Carmo (2010), a oposição entre Norte e Sul caracteriza a sociedade tradicional e estabelece uma diferenciação entre as regiões camponesas e as zonas mediterrânicas de cariz latifundista.

confílio marcou a transição de Portugal para o constitucionalismo, embora instabilidades políticas persistem.

<sup>9</sup> Extinção do morgadio (1863): O morgadio era uma instituição de origem medieval que vinculava propriedades a uma linhagem familiar, impedindo sua divisão ou alienação, com transmissão hereditária ao primogênito (geralmente o filho mais velho). Criado para preservar o poder econômico e social da aristocracia, o sistema perpetuou desigualdades e concentração fundiária. Em Portugal, sua extinção foi consolidada pela Lei de 19 de Maio de 1863, parte das reformas liberais do século XIX que visavam modernizar a estrutura jurídica e econômica do país. A medida, influenciada por ideais iluministas e pela ascensão da burguesia, permitiu a divisão e a livre circulação de terras, favorecendo o desenvolvimento de uma economia capitalista.

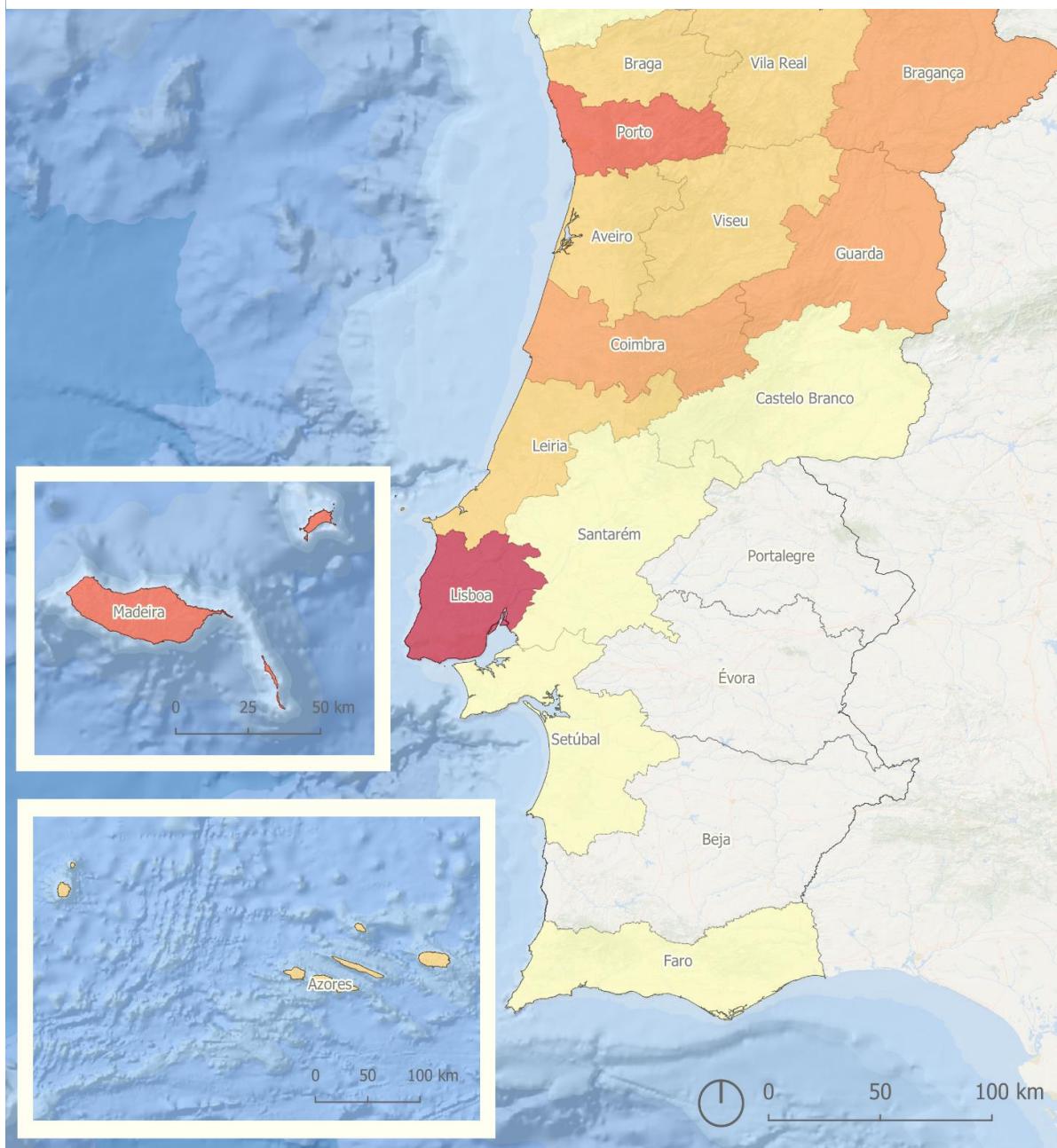
#### 4.1 A ÚLTIMA ONDA TRANSATLÂNTICA

Quando observada a dinâmica de êxodo rural, a região norte e sul de Portugal possui montantes bastante diversos. Os dados coletados de passageiros desembarcados no porto de Santos em 1956 permitem a verificação dessa tendência. Enquanto a produção capitalista nos latifúndios de Portalegre, Beja e Évora absorviam mão de obra, as regiões ao norte litorâneas ou interiores verificavam grande êxodo. Essas últimas serviam como reserva de mão de obra para o desenvolvimento do capitalismo nacional e eram as doadoras dos maiores contingentes populacionais com destino aos centros industriais brasileiros. Mendes (1981) em “Formação de Portugal Contemporâneo” destaca como a produção camponesa tem como função de abastecer os novos mercados com mão de obra.

Função de reserva de mão-de-obra: as formas de produção não mercantilizadas são soluções privilegiadas para produzir e reproduzir, sem custos para o capital de sede urbana, um contingente supletivo de força de trabalho para as atividades urbano-industriais, funcionando como autêntico mecanismo regularizador do mercado de trabalho não agrícola. (Mendes, 1981. p.481).

Observando esse fenômeno o mapa abaixo visa mostrar a origem dos passageiros desembarcados no porto de Santos divididos por distritos de origem declarados nas fichas de embarque, as regiões insulares da Madeira e dos Açores estão destacadas em quadro ao lado.

Figura 13 - Emigrantes por distrito desembarcados em Santos - 1956



#### QUANTIDADE DE EMIGRANTES

- █ 5 a 34 pessoas
- █ 34 a 97 pessoas
- █ 97 a 187 pessoas
- █ 187 a 296 pessoas
- █ 296 a 523 pessoas

#### Origem dos passageiros emigrados por Distritos - 1956

Fonte: APESP | Listas de Desembarque no Porto de Santos  
Projeção: WGS 84/ UTM zone 29N EPSG: 4326  
Cartografia: Paula Victória S. G de Souza

Fonte: Elaboração própria

Apesar da clara divisão norte e sul já apontada anteriormente, é possível identificar no mapa que os distritos de Lisboa e Porto que já se constituíam como importantes centros urbanos do país também possuíam uma expressiva contribuição para o saldo total de migrantes. Pode-se levantar a hipótese que parte da mão de obra migrante do interior do país buscasse se alocar primeiramente na indústria nacional localizada nesses distritos, seu destino de migração, e que ao se deparar com o desemprego nesses locais optaram por reemigrar para o estrangeiro. Alfredo Moreno Leitão (2010), ressalta que nesse período em Portugal forma-se um intenso fluxo campo-cidade, sendo as cidades, como pólos de atração, o local onde a industrialização se desenvolvia. Marx em sua crítica da economia política já ressaltava que nem toda a mão de obra disponível durante o êxodo rural era absorvida pelo mercado de trabalho nas cidades.

"O exército industrial de reserva pertence ao capital de modo tão absoluto como se este o tivesse criado à sua própria custa. (...) O trabalhador é constantemente expulso de um ramo da indústria para outro, e a imigração forçada de trabalhadores de um país para outro torna-se uma necessidade." (Marx, 1988. p. 362)

Dessa maneira o emigrante português que deixando sua condição camponesa, para a condição de exército industrial de reserva, não se mobilizava apenas territorialmente, do espaço rural para o espaço urbano nacional, mas para o espaço urbano exterior ocupando funções variadas.

De modo mais geral, demonstrar-se-á que os fluxos de mobilidade que operam transferências de mão-de-obra entre sectores no sentido de uma produtividade crescente, permitem ganhos sociais de produtividade. É o caso da imigração estrangeira. (Gaudemar, 1977. p. 18)

As estimativas do IBGE sobre as profissões dos imigrantes portugueses no Brasil nos anos 1950 demonstram essa mobilidade setorial, apesar dos totais de agricultores ainda serem elevados é notável a presença importante de operários e comerciantes entre os homens, já as mulheres se generalizou o papel de "atividades domésticas" independente das atividades que de fato exerciam em suas terras natais. Como se pode ver na tabela abaixo produzida

pelo IBGE com os dados de migrantes italianos e portugueses entre 1954-1963 o total de agricultores no período foi de 13.683 (7,5%) enquanto o total de operários foi de 22.021 (12,1%) e de trabalhadores comerciantes 29.933 (16,5%). O caso dos migrantes que declararam exercer “atividades domésticas” representa basicamente a soma de todas as mulheres migradas 105.406 (58%), que embora não necessariamente realizassem apenas trabalhos domésticos em sua terra natal entravam para a estatística como tal.

Figura 14 – Profissões de imigrantes Italianos e Portugueses

Profissões	Italianos		Portugueses		Total
	1954-1958	Total	1954-1958	Total	
Agricultor Geral	4 958	6 398	8.999	2 522	9.152
Agricultor Qualificado	459	794	9.1148	4 535	2.162
<i>Total</i>	<i>5 417</i>	<i>6.192</i>	<i>9 148</i>	<i>9.692</i>	<i>6:192</i>
Operário Geral	2 954	6.192	2.354	13.599	14.999
Operário Qualificado	8 457	11 230	15 953	15.721	21.721
<i>Total</i>	<i>11 411</i>	<i>3 588</i>	<i>14.999</i>	<i>14.999</i>	<i>21.721</i>
Técnicos	413	296	709	112	112
Comércio	694	1 070	17.233	29.933	29.933
Outras Profissões	2 700	1 070	6.828	4.170	21.721
Atividades Domésticas	19 805	26.197	26.197	21.721	105.406
<b>Total</b>	<b>40 438</b>	<b>12 924</b>	<b>53 362</b>	<b>53 362</b>	<b>181 095</b>

Fonte: IBGE

A capacidade da economia metropolitana de retirar das áreas rurais mais rústicas e tradicionais a força de trabalho para seu próprio desenvolvimento revela que o modo capitalista de produção busca um ajustamento na direção do ganho de produtividade.

(...) o êxodo rural e a polarização do território, a mobilidade profissional e social, a transferência de setores pobres para setores ricos ou a imigração estrangeira, são lucrativos para as economias metropolitanas. Apenas os fluxos migratórios dos sectores ou regiões «subdesenvolvidos» (salários flexíveis, fraca produtividade do trabalho, produção de bens «labor-intensiva», para os sectores ou regiões, desenvolvidos (salários rígidos, forte intensidade capitalista) constituem processos de ajustamento ao equilíbrio óptimo. (Gaudemar, 1977. p.18).

Apesar desse ajustamento do trabalhador à grande metrópole industrial é necessário problematizar a noção que dizia que o imigrante português era pouco versado no trabalho urbano. Ao contrário do que se acreditava, os portugueses já trabalhavam em múltiplas atividades laborais antes do processo migratório, devido às condições precárias a que muitos estavam submetidos, que sequer garantiam a sua reprodução social enquanto trabalhador, a necessidade de obter rendimentos de diferentes atividades era comum em várias regiões do país.

A partir dos anos 1930 é perceptível a alteração da distribuição da força de trabalho com o trabalho assalariado se tornando tendência geral em Portugal, conforme o modo de produção capitalista avança, associado a uma tímidas industrialização. Da população economicamente ativa no campo, apenas 25% trabalha em suas próprias terras, o trabalhador rural representa 47% da população ativa nesse momento. Nas décadas de 1940 e 1950 a população ativa no campo se manterá nos mesmos patamares em números absolutos, enquanto a população ativa na indústria passará de 467 mil em 1930 para 757 mil em 1950 (Castro, 1945).

No entanto, é preciso ter cuidado ao se concluir que os 25% de trabalhadores “por conta própria”, os camponeses do centro e norte sobretudo, dedicam-se exclusivamente à sua própria terra. A pluriatividade já se destacava nesse momento, como defende Armando Castro em “Alguns aspectos da agricultura nacional”:

Contudo a precária posição econômica destes pequenos proprietários, que adiante se estudará, impele-os para trabalhos anexos, índice insofismável da instabilidade e do caráter da posição econômica do pequeno proprietário, que o obriga a socorrer-se progressivamente na jornada de trabalhos industriais caseiros, de trabalho nas fábricas (cultivando sua courela nas horas que os demais trabalhadores deixa livre) e etc. (Castro, 1945. p.22).

Podemos afirmar que essa condição que o camponês estava submetido nesse período era um momento crítico, pois a atividade laboral em sua própria terra passou a não sustentar a sua reprodução social enquanto trabalhador, os filhos de pequenos proprietários cada vez mais irão buscar no trabalho assalariado industrial ou como *jornaleiros*<sup>10</sup> nas migrações sazonais para as

---

<sup>10</sup> Jornaleiros eram trabalhadores rurais que prestavam serviços agrícolas diários, recebendo pagamento por jornada de trabalho. Nas aldeias transmontanas — esses jornaleiros viviam

colheitas de grãos no Alentejo o complemento de renda necessário para sua reprodução. O camponês está, portanto, submetido aos ditames do capitalismo em expansão em dois termos: a necessidade de produzir excedentes agrícolas para trocar no mercado local ao mesmo tempo que é compelido a produzir em troca de salário, possibilitando em duas vias a realização de mais valia absoluta.

Segundo O. Baptista esses dados indicam que “em largas manchas da zona de agricultura familiar (a norte) a maior parte dos assalariados agrícolas eram elementos (filhos) de famílias agricultoras cujas explorações não permitiam o sustento de todo o agregado familiar”. Na década de 1950, nesta área do país os assalariados contabilizavam em 1950 e 1960 cerca de 47% e 46% (respectivamente) da população agrícola (Baptista, 1993, p. 334). A tabela abaixo mostra a diminuição da população ativa no setor primário. Em 1930 a população economicamente ativa no campo era de 49%, em 1940 passou para 51% recuando nos anos 1950 para 47% e mantendo a tendência de queda nos anos 1960 chegando a 42%.

---

geralmente em condições de grande pobreza, com escassa posse de terras e dependência do trabalho sazonal em propriedades alheias. Seu sustento estava frequentemente sujeito à instabilidade do trabalho agrícola e à rigidez das estruturas sociais locais.

Figura 15 - População ocupada por setores econômicos

**A — Ambos os sexos**

ano	população activa	agricultura	pescas	indústria extrativa	indústria tranfotiva	transportes e comunic.	administração e defesa	serviços
1890	2 530,5	1 536,4	26,6	4,5	447,6	52,5	103,3	301,7
1900	2 457,3	1 507,6	21,5	4,3	455,3	66,4	141,8	208,3
1911	2 545,0	1 442,4	19,4	9,2	547,8	76,9	154,3	240,7
1930	2 516,7	1 237,0	39,4	11,0	467,6	71,9	83,9	456,0
1840	2 775,2	1 423,7	36,6	475	455,6	83,9	190,1	354,3
1950	3 196,5	1 423,7	43,9	9,5	467,8	83,9	107,0	354,3
1960	3 196,5	1 283,1	46,0	11,0	457,6	71,9	255,3	367,4
1960	3 315,6	1 398,3	46,8	26,2	932,5	122,2	122,2	362,0

Fonte: Valério (2001)

Segundo Castro (1945) para além das grandes cidades de Lisboa e Porto os concelhos com maior concentração industrial estavam na zona litoral norte, e possuíam populações empregadas na indústria que variavam de entre 20 e 40%, esses concelhos eram: Caminha, Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Famalicão, Braga, Guimarães, Santo Tirso, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Paredes, Paços de Ferreira, Vila Nova de Gaia, Feira, Espinho, S. João da Madeira, Ovar, Oliveira de Azemeis, Estarreja, Murtosa, Albergaria e Aveiro. No decorrer das décadas de 1930 a 1960 vemos um importante crescimento de indústrias de maior grau de complexidade no conjunto da produção portuguesa, tendo um ganho de participação da indústria transformadora que em 1930 representava 55% do total da produção industrial passando para 62,5% nos anos 1950, como pode ser observado na tabela a seguir.

Figura 16 - População ocupada por ramos da indústria

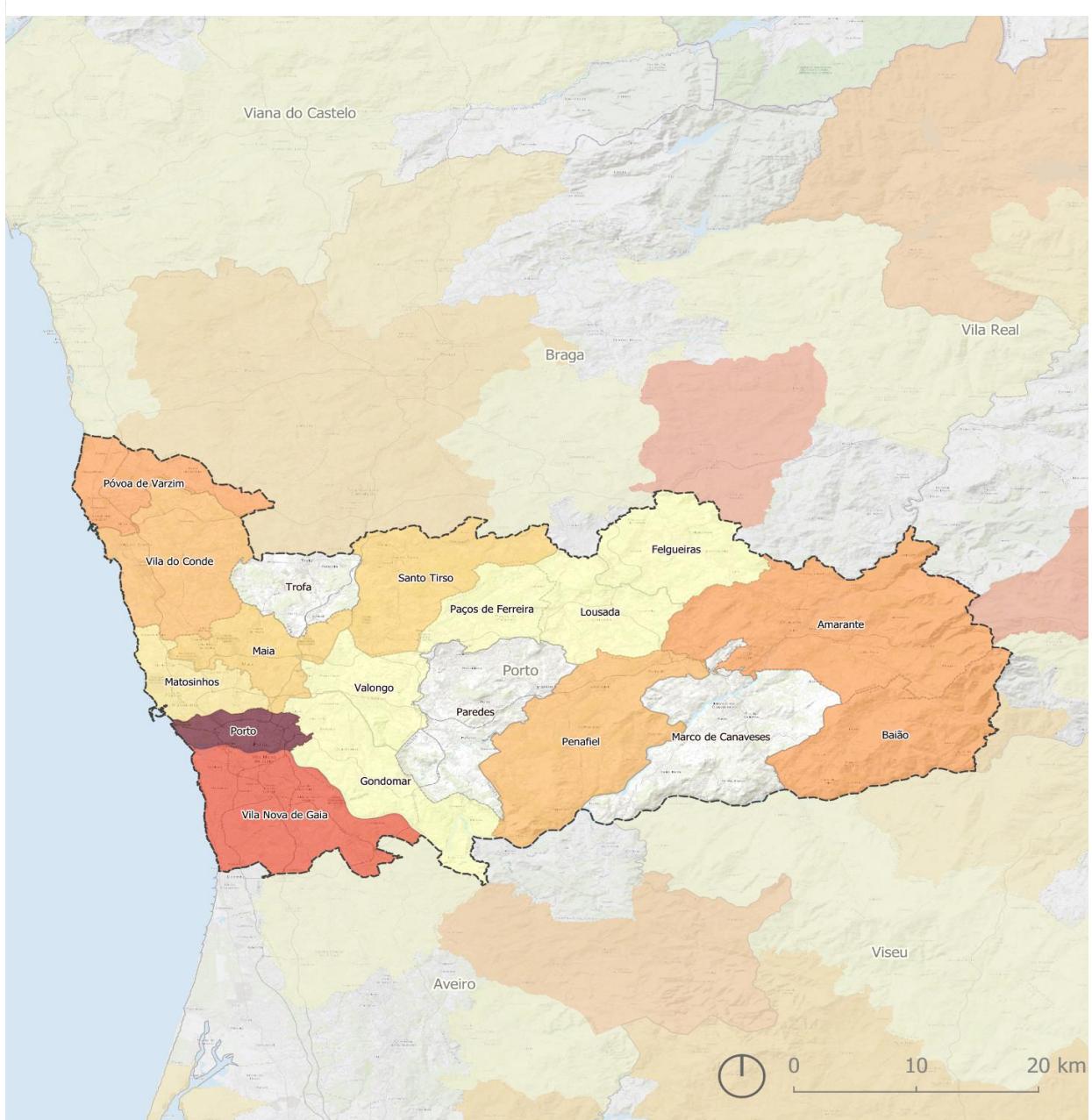
## A — Ambos os sexos

	indústria transformadora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário calçado	madeira cortiça mobiliário	papel tipografia	materiais de construção
1930	467,8	36,9	162,9	40,1	9,3	8,1
1940	566,1	65,9	199,1	58,9	12,8	16,0
1950	757,4	77,3	240,4	92,4	18,1	25,9
1960	932,5	72,8	254,4	100,9	26,9	39,4

Fonte: Valério (2001)

Com os dados dos passageiros desembarcados em Santos, podemos verificar a quantidade de migrantes advindos desses concelhos.

Figura 17 – Migrantes desembarcados em Santos com origem no Porto



#### QUANTIDADE DE EMIGRANTES

1 a 3 pessoas	20 a 30 pessoas
3 a 6 pessoas	30 a 50 pessoas
6 a 10 pessoas	50 a 100 pessoas
10 a 15 pessoas	100 a 499 pessoas
15 a 20 pessoas	

#### Origem dos passageiros emigrados por Município/ Concelho - Porto 1956

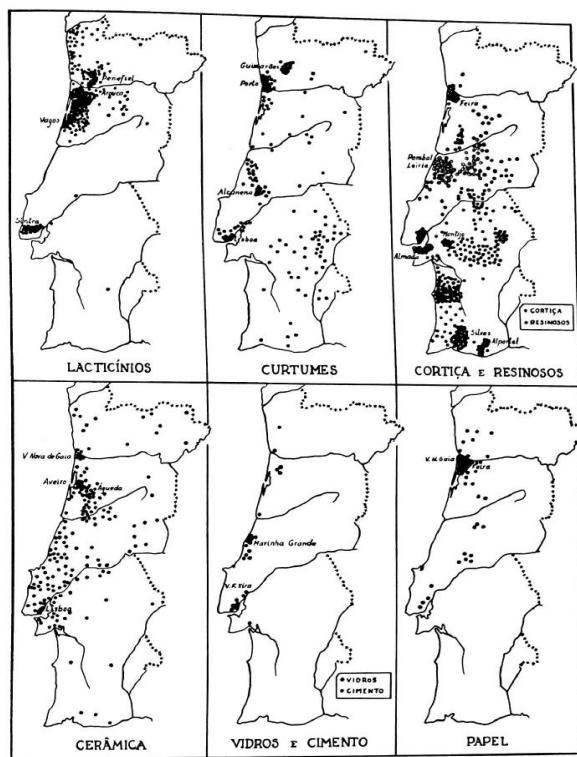
Fonte: APESP | Listas de Desembarque no Porto de Santos  
Projeção: WGS 84/ UTM zone 29N EPSG: 4326  
Cartografia: Paula Victória S. G de Souza

Fonte: Elaboração própria

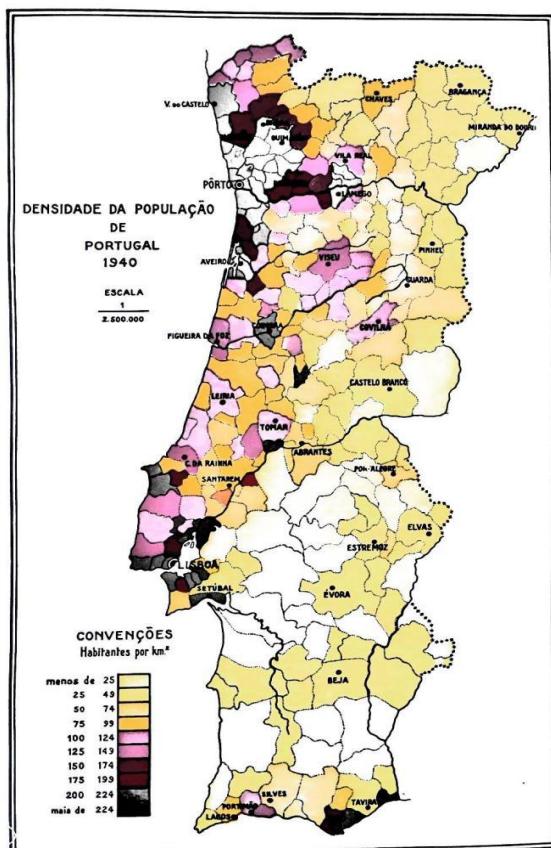
Para além do concelho do Porto, sede do distrito com mesmo nome e região com a maior concentração populacional e industrial ao norte do país, podemos identificar outros municípios (concelhos) que contribuíram com quantidades expressivas de migrantes para São Paulo e que se localizam em áreas com relevante população ativa industrial. Tomemos como exemplo: Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Santo Tirso, Matosinhos, Maia, Vila Nova de Gaia e Paços de Ferreira.

Contrariando um senso comum que insiste em apontar a região de trás-os-montes (Bragança e Vila Real) como a doadora quase que integral de migrantes para o Brasil, os dados que as listas de embarque nos contam sugere que nesse período houve uma população migrante mais espalhada pelo norte do território. Para além do domínio dos distritos transmontanos, também conta com a forte presença de populações litorâneas, desde o distrito do Porto, Aveiro, Coimbra e Leiria. Para exemplificar o que vemos nos mapas, apenas os 4 distritos citados anteriormente somam 597 dos 2.182 migrantes computados em 1956.

No *Atlas de Portugal* produzido por Amorim Girão publicado em 1945 que vemos na sequência, a distribuição espacial da indústria transformadora em Portugal nos dá indícios sobre a relação entre a polarização urbana que a indústria ali produz e a migração das populações do interior do território, que por consequência aumenta a densidade demográfica das áreas litorâneas.



*Fig. 167 a — LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS*



(Fonte: GIRÃO, 1945)

É possível ainda analisar a mobilidade do trabalhando observando a divisão do trabalho por gênero, os dados de migração históricos demonstram que a migração portuguesa masculina foi majoritária durante grande parte do período histórico mas que a partir dos anos 1940 começa uma lenta mas constante mudança de perfil, em 1920 apenas 33% dos portugueses residentes no Brasil são do sexo feminino em 1960 as mulheres já somam a marca de 43%.

Figura 18 - Brasil, população portuguesa, segundo sexo.

Ano	Homens	Mulheres	Total
	Total %	Total %	
1920	291.198 67%	142.379 33%	433.577
1940	221.195 62%	136.979 38%	358.174
1950	206.304 61%	130.552 39%	336.856
1960	247.119 57%	183.928 43%	431.047
1970	247.197 56%	190.786 44%	437.983
1980	216.724 55%	175.937 45%	392.661
1991	140.320 53%	123.290 47%	263.610

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1920-1991.

A participação da mulher no trabalho agrícola em Portugal era muito relevante para o total nacional, representando números expressivos da população trabalhadora já nos anos 1930, Castro (1945) ressalta que elas constituíam já então mais de 40% dos trabalhadores que criam nossa riqueza agrícola, à qual cabe o maior quinhão da riqueza global da nação. A expressiva participação feminina na produção agrícola em uma situação econômica desfavorável indica que já nesse período a mulher acumulava funções domésticas e funções na produção, distritos com alto predomínio dos minifúndios como Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra e Viseu a participação feminina é ainda maior que média nacional, segundo Castro (1945) o índice era de 41,4% da mão de obra empregada.

A sobrevivência da pequena propriedade com o avanço do capitalismo em Portugal dependeu mais do que nunca do trabalho feminino para sobreviver, com o homem ocupando lugar principal na exploração agrícola capitalista quem fará esse imenso sacrifício humano serão as mulheres, Castro (1945) defende que a ilusão de independência econômica do pequeno proprietário é paga por um preço muito elevado, o que aqui nos interessa sublinhar é a superior quantidade de trabalho feminino investido na pequena empresa agrícola em relação a grande exploração rural.

Tomando como exemplo o distrito de Viseu, que registrou desde o século XIX grandes saídas de trabalhadores com o destino ao Brasil. A migração desse distrito contava com uma quantidade relevante de homens casados, que iam na frente e que se estabelecendo no Brasil tinha a possibilidade de trazer o restante da família.

Apesar da ideia que apenas (ou maioritariamente) eram os homens, jovens e solteiros, que emigravam, com a principal justificação de fugir ao serviço militar e em busca de fortuna, os dados estatísticos referentes ao distrito de Viseu não corroboram esta tese, dado que cerca de 38% dos homens titulares de passaportes são casados. (Santos, 2006. p. 355)

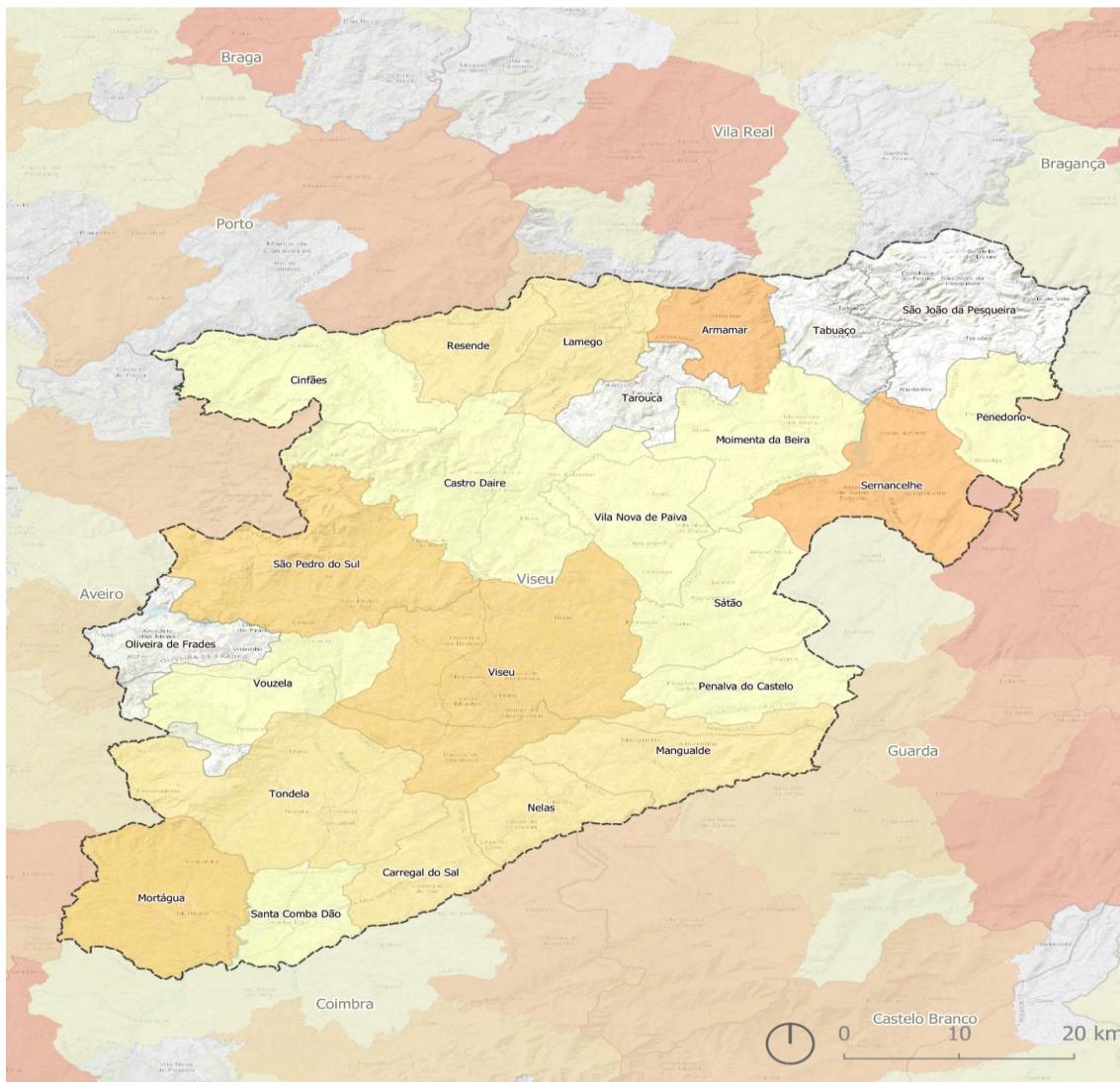
A envergadura dessa pesquisa não dá conta de levantar os dados dos livros de embarques para uma avaliação mais profunda da questão do gênero, no entanto, podemos observar a espacialidade do fenômeno migratório em distritos com predominância da pequena empresa agrícola, como é o caso do distrito de Viseu no ano de 1956.

Dos 24 municípios (concelhos) do distrito de Viseu apenas quatro não registaram emigração para São Paulo no ano de 1956. Armamar e Sernancelhe sobretudo tiveram relativamente os números mais relevantes visto que, segundo o INE - Instituto Nacional de Estatística, possuíam populações de 13.426 e 10.793 mil habitantes respectivamente. Sendo municípios distantes da área mais urbanizada e populosa do distrito onde predominam os minifúndios familiares com vinicultura e produção de maçãs. Chegaram em São Paulo no ano analisado 97 pessoas vindas de Viseu, segundo Serrão (1974) a migração total de habitantes de Viseu para o Brasil entre 1854 a 1973 foi de 103.473 mil pessoas, o que representa 3,4% da população portuguesa emigrada no período. A relevante participação de Viseu no contingente emigratório português é por um lado diretamente relacionada às crises agrícolas, a pobreza rural que assolava

muitos camponeses e de outro uma pobreza urbana que afetava os assalariados da sede do distrito. Segundo Santos:

Poder-se-ia considerar que seriam os concelhos mais longínquos do centro do distrito (e com maiores dificuldades socioeconómicas) a contribuir com maiores contingentes para a emigração, mas o concelho de Viseu destaca-se consideravelmente dos demais. De facto, em alturas de maiores dificuldades económicas (falta de trabalho e fome), muitos indivíduos contraíam dívidas ou vendiam os poucos bens que detinham para poder fazer face às despesas que acarretavam o pedido de passaporte para tentar a sua sorte no estrangeiro. E era na cidade, centro do distrito, e de maior densidade populacional, que a falta de trabalho afetava de imediato a população, que se distribuía essencialmente pelos sectores económicos dos serviços e do comércio. As populações dos concelhos mais distantes procuravam sair do país essencialmente em épocas de grandes crises agrícolas. (Santos, 2006. p. 355)

O mapa a seguir mostra os emigrados do distrito de Viseu no ano de 1956 que desembarcaram no porto de Santos. Pode-se aferir que no distrito de Viseu que a perda populacional é distribuída por toda a região sendo não apenas os distritos rurais que perdem população mas também a sede do distrito de mesmo nome.



#### QUANTIDADE DE EMIGRANTES

1 a 3 pessoas	20 a 30 pessoas
3 a 6 pessoas	30 a 50 pessoas
6 a 10 pessoas	50 a 100 pessoas
10 a 15 pessoas	100 a 499 pessoas
15 a 20 pessoas	

#### Origem dos passageiros emigrados por Município/ Concelho - Viseu 1956

Fonte: APESP | Listas de Desembarque no Porto de Santos  
Projeção: WGS 84/ UTM zone 29N EPSG: 4326  
Cartografia: Paula Victória S. G de Souza

O que se verifica desse processo empírico do desfalecimento de antigas formas de propriedade e de reprodução da vida, seja urbana ou rural, em Portugal desde meados do século esconde em seus intestinos os mecanismos de como o próprio capitalismo se desenvolve em prática. Gaudemar (1977) quando discute a questão da origem das forças de trabalho suplementares traz à baila a discussão feita por Rosa Luxemburgo.

A proletarização contínua das camadas médias nas cidades e nos campos, a ruína da economia camponesa e do pequeno artesanato, isto é, o processo constante de destruição e desagregação dos modos de produção não capitalistas, mas já pré-capitalistas, que levam à passagem constante das forças de trabalho, de uma situação não capitalista para uma situação capitalista. (Gaudemar, 1977. p. 355)

Gaudemar conclui que a partir dessa transição o capital se alarga, no caso estudado, em primeiro lugar o próprio capitalismo que se desenvolve em Portugal e também aquele que se desenvolve no Brasil, que na região metropolitana de São Paulo constitui seu desenvolvimento mais vigoroso, corresponde a mobilidade em seu ápice.

O processo pelo qual o capital que nasce ou que está em vias de se alargar, se apropria de novas forças de trabalho, constitui uma, das formas fundamentais da mobilidade do trabalho, quer essas formas correspondam ao êxodo rural ou à proletarização das camadas médias, quer elas correspondam ou não a um problema espacial. Elas pertencem àquilo que mais atrás designamos por formas produtivas da força de trabalho. (Gaudemar, 1977. p 356)

O capitalismo na metrópole Paulista viu seu alargamento nos anos 1930 e 1940 atingir ritmos acelerados, graças à indução desenvolvimentista do estado, e com grande subordinação aos capitais estrangeiros e dependência tecnológica. O pós-segunda guerra foi um momento em que os braços baratos e desejáveis dos portugueses se encontravam dispostos e móveis o bastante para os objetivos civilizatórios do estado brasileiro e sobretudo disponíveis para o capitalismo industrial florescente, que encontra na última onda migratória portuguesa para São Paulo um *optimum* no processo de acumulação.

Segundo Gaudemar é possível supor que a mobilidade do trabalho tenda a se tornar perfeita, no sentido de aumentar sua eficiência em mobilizar trabalhadores de forma a atuar contra a baixa tendência da taxa de lucro.

Aqui, a hipótese de mobilidade perfeita do trabalho exprime apenas uma tendência do modo de produção capitalista. De certo modo, poderia até dizer-se que a lei de baixa tendencial da taxa de lucro, como lei de estrutura, é acompanhada de uma lei de perfeição tendencial da mobilidade do trabalho, colocada antagonicamente, como poderoso meio, nas mãos do capital, para lucrar contra a baixa da taxa de lucro. A partir de então, as formas imperfeitas da mobilidade do trabalho apenas podem surgir como expressões das resistências que se manifestam contra a extensão do capital, resistência das instituições, resistência das forças e dos espaços naturais, finalmente resistência dos homens a deixarem-se reduzir a objectos econômicos.(Gaudemar, 1977. p.400)

Avaliar a hipótese se haveria uma lei de perfeição tendencial da mobilidade do trabalho não é o objetivo deste artigo, mas essa hipótese suscita novas perguntas sobre como os estados capitalistas ocidentais tratam a questão migratória desde meados do século passado.

O fato é que a tendência de migração para o Brasil caiu no início dos anos 1960, e a migração transatlântica de portugueses para São Paulo foi marcada como a última delas, sendo substituída pela migração intra-europeia. Nessa década de expansão dos planos de reconstrução econômica e guerra fria o capitalismo voltaria a se desenvolver com muita velocidade na Europa produzindo grandes pólos atratores de força de trabalho, sobretudo França e Alemanha, para onde os portugueses migraram em massa. Enquanto isso, o Brasil mergulhado em crise política, sofrerá um golpe militar em 1964 que aumentará a sua subordinação aos Estados Unidos e o fortalecimento de seu papel na divisão internacional do trabalho como país agroexportador e de capital dependente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da última grande onda migratória portuguesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1960) revela um fenômeno estrutural profundamente vinculado às dinâmicas políticas, econômicas e sociais de Portugal e do Brasil. O regime salazarista, marcado pelo conservadorismo agrário, políticas autárquicas e repressão, criou condições insustentáveis para amplos setores da população, especialmente camponeses e trabalhadores rurais. A crise agrícola de 1951-1953, somada a um processo tardio de industrialização e ao controle estatal sobre a mobilidade urbana, transformou a emigração em um mecanismo de sobrevivência e de controle social, externalizando tensões internas e transferindo para os migrantes o ônus do subdesenvolvimento português.

O Brasil, em pleno processo de industrialização acelerada, emergiu como polo atrativo, especialmente São Paulo, cuja demanda por mão de obra em setores como construção civil, têxtil e comércio se alinhou à disponibilidade de trabalhadores portugueses. O Tratado de Amizade Luso-Brasileiro, instrumentalizado por ambos os governos, facilitou esse fluxo, reforçando laços históricos e retóricos como o luso-tropicalismo. No entanto, essa narrativa, que romantiza a miscigenação e a harmonia colonial, ocultou as desigualdades estruturais e a precariedade enfrentada pelos migrantes, muitos deles inseridos em ocupações subalternas.

O porto de Santos destacou-se como principal entreposto, direcionando os fluxos para a metrópole paulista, onde redes de solidariedade baseadas em parentesco e compadrio facilitaram a integração. A participação feminina, embora ainda minoritária, ganhou relevância, desafiando normas de gênero e sustentando famílias transnacionais através de remessas. Contudo, a mobilidade laboral, longe de ser uma escolha livre, revela-se coercitiva, subordinada às exigências do capitalismo, que demandava força de trabalho barata e flexível.

Este artigo demonstra que a migração não foi um fenômeno isolado, mas resultado de estruturas transnacionais. Enquanto o Estado Novo português

evitou reformas internas ao exportar seu "excedente populacional", o Brasil aproveitou-se desse fluxo para alimentar seu projeto desenvolvimentista, perpetuando hierarquias sociais. Apesar do discurso da "irmãdade luso-brasileira", as políticas migratórias foram seletivas, refletindo interesses geopolíticos e econômicos assimétricos.

Por fim, a última onda migratória portuguesa para São Paulo expõe as contradições do capitalismo no século XX: a mobilidade do trabalho, embora apresentada como via de ascensão social, funcionou como mecanismo de exploração, reforçando desigualdades tanto no país de origem quanto no de destino e, sobretudo, um mecanismo de expansão do próprio capitalismo. O legado dessa diáspora permanece visível na cultura paulistana e nas estruturas socioeconômicas de Portugal, lembrando-nos de que migrações massivas são, acima de tudo, fruto de escolhas políticas e não meros "mitos individuais". Futuras pesquisas poderiam explorar comparativos com outras diásporas europeias rumo a América ou analisar o papel das migrações intra-europeias na dinamização dos fluxos migratórios a partir dos anos 1960, ampliando o debate sobre globalização, trabalho e justiça social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luciano. Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973). *Análise Social*, v. 30, n. 128, p. 889-906, 1995. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/40343>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BAGANHA, Maria Ioannis. From Closed to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporatist Regime. *e-Journal of Portuguese History*, v. 1, n. 1, Summer 2003. Disponível em: [https://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/isue1/pdf/baganha.pdf](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/isue1/pdf/baganha.pdf). Acesso em: 19 abr. 2025.

BOXER, Charles. \*O Império Colonial Português (1415-1825)\*. Lisboa: Edições 70, 1969.

CABRAL, Manuel Villaverde. Portugal na Alvorada do Século XX. Lisboa: Regra do Jogo, 1993.

CARMO, Renato Miguel do. A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 48, n. 1, p. 9–22, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/vrj6fHFQYGwNdjBvXqfmbNB/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. \*A Construção Nacional: 1830-1889\*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

CASTRO, Armando. Alguns Aspectos da Agricultura Nacional. Coimbra: Editora Coimbra, 1945.

COSTA, Emilia Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo: Unesp, 1998.

DEAN, Warren. \*A Industrialização de São Paulo (1880-1945)\*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GALVANESE, Marina Simões. Os discursos sobre a emigração portuguesa no pós-Segunda Guerra Mundial: a Junta da Emigração entre o

proibicionismo e o avanço liberal (1947-1961). *Revista Portuguesa de História*, v. 45, p. 393-413, 2014.

GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Emigração e Colônias no Terceiro Império Português*. [S.l.: s.n.], 2025. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/arquivos/paulo-cesar-goncalves\\_1.pdf](https://www.abphe.org.br/arquivos/paulo-cesar-goncalves_1.pdf). Acesso em: 21 abr. 2025.

GONÇALVES, Williams da Silva. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. In: \_\_\_\_\_. *As Relações Portugal-Brasil no Século XX*. Porto: CEPSE, 2010. p. 99-120. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/as-relacoes-portugal-brasil-no-seculo-xx/as-relacoes-luso-brasileiras-nos-anos-1950>. Acesso em: 8 abr. 2025.

HALPERN PEREIRA, Miriam. *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

HIRSCH, J. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Dados demográficos e económicos. Lisboa: INE, 1950.

LEITÃO, Alfredo Moreno. Nem todos eram mansos: o imigrante português nas lutas operárias em São Paulo (1930–1940). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2010.

LÊNIN, V. I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 387. (Coleção "Os Economistas").

MACHADO, de Renó. O “brasileiro de torna-viagem” e o lugar do Brasil em Portugal. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 35, p. 47–67, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A População do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2005.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editora, 1981, v. III, p. 220-225.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I*, vol. 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 362. (Coleção Os Economistas).

MATOS, Maria Izilda Santos de; LEITÃO, Alfredo Moreno. Portugueses em São Paulo: trabalho e ação política. *Dimensões*, Vitória, v. 26, p. 113-135, 2011.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: A Political Biography*. Nova York: Enigma Books, 2009.

MENDES, Fernando Ribeiro. A Formação de Portugal Contemporâneo: 1900-1980 (Volume II): Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Dezembro de 1981). *Análise Social*, Terceira Série, 19(77/79), 421–438, 1983.

NUNES, João Paulo Avelãs. *O Estado Novo e o Volfrâmio*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.

NUNO,

PEIXOTO, João. O impacto da industrialização no crescimento urbano em Portugal (1950-2000). *Revista de Estudos Sociais*, Lisboa, v. 12, n. 3, p. 101-112, abr. 1987.

PEREIRA, Victor. *A Ditadura de Salazar e a Emigração*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

PINTO, António Costa. \*Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945\*. Lisboa: Estampa, 1994.

PIRES, Leonardo Aboim. A extinção dos morgadios em Bragança: propriedade fundiária e morfologia social no século XIX. *Brigantia. Revista de Cultura*, Bragança, n. 37–38, p. 1–21, 2021. Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/98746>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Migrações e Marginalidade Social*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos Trinta*. Lisboa: Estampa, 1986.

ROSAS, Fernando. Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*, Quarta Série, v.

29, n. 128, p. 871-887, 1994. Dossiê: Donde vem a Economia portuguesa? A História Económica de Portugal no Século XX.

SAID, Edward W. Culture and Imperialism. New York: Alfred A. Knopf, 1993.

SANTOS, Amanda Pereira dos. \*Selecionar, controlar e distribuir: o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a política imigratória brasileira (1952-1955)\*. 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

SANTOS, Joaquim Loureiro dos. A emigração do distrito do Porto para o Brasil no ano de 1947. *População e Sociedade*, n. 14, p. 221–236, 2007.

SANTOS, Paula Marques dos. \*A emigração do distrito de Viseu em direção ao Brasil (1854-1973)\*. Viseu: [s.n.], 2006.

SARDICA, José Miguel. O Século XX Português. Lisboa: Texto Editores, 2011.

SARDINHA, João. Immigrant associations, integration and identity: Angolan, Brazilian and Eastern European communities in Portugal. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. \*O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)\*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Fernando de; MONTEIRO, Isilda. A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa (1876-1974). In: SOUSA, Fernando de; et al. (Org.). Um Passaporte para a Terra Prometida. Porto: CEPESE / Fronteira do Caos, 2011. p. 16. Disponível em: [URL não fornecida]. Acesso em: [data não informada].

SOUZA, Fernando (Org.). A emigração portuguesa para o Brasil. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

VALÉRIO, Nuno. Estatísticas Históricas Portuguesas. Lisboa: INE, 2001.

WIARDA, Howard J. Corporatism and Development: The Portuguese Experience. Amherst: University of Massachusetts Press, 1977.



